

Consultor: **SADY SIDNEY FAUTH JUNIOR**

Entidade: Ministério da Justiça - SNJ

Número e Título do Projeto: BRA/11/X63 - Suporte à Secretaria Nacional de Justiça para o aprimoramento da implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Produto 02: Relatório de sistematização, com percepção avaliativa dos participantes e registro de imagens, do Seminário Internacional Diálogos Setoriais Brasil - União Européia sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Local e data: Brasília/DF, 14 de junho de 2012.

Assinatura

RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO

com percepção avaliativa dos participantes e registro de imagens,
do Seminário Internacional



DIÁLOGOS UNIÃO EUROPEIA
SETORIAIS BRASIL

sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Elaborado por Sady Fauth

Brasília - DF
Junho de 2012

SUMÁRIO

1. GLOSSÁRIO DE SIGLAS	3
2. APRESENTAÇÃO	4
3. DIÁLOGOS SETORIAIS BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA SOBRE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	4
3.1. Antecedentes.....	4
3.2. Informações Gerais.....	5
3.3. Objetivo.....	6
3.4. Realização.....	6
3.5. Repercussão sobre o evento.....	6
3.6. Programa.....	8
3.7. Galeria de Imagens.....	10
3.8. Participantes.....	17
3.9. Registro das Intervenções.....	21
3.10. Avaliação (Sistematização).....	40
3.11. Aspectos Positivos e Negativos.....	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
5. ANEXOS:	
Formulário de avaliação do evento.....	55
Notícia em mídia impressa “Europeus são vítimas de tráfico de pessoas no Brasil”.....	57
Cd contendo: apresentações dos palestrantes, áudio completo do seminário, galeria de imagens completa, listas de presença, memórias de reuniões, planilhas, guia para palestrantes e convidados, estudo da OIT sobre trabalho forçado e a cartilha “trabalho no exterior”.....	58

1. Glossário de Siglas

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência	FIFA	Federação internacional de Futebol e Associados
AGU	Advocacia-Geral da União	ICMPD	International Centre for Migration Policy Development
AJD	Associação Juízes para a Democracia	INTERPOL	International Criminal Police Organization
AJURIS	Associação dos Juízes	MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
AL	Alagoas	MG	Minas Gerais
AMAGIS	Associação dos Magistrados	MPE	Ministério Público Estadual
ANAMATRA	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho	MPF	Ministério Público Federal
AP	Amapá	MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ASBRAD	Associação Brasileira de Defesa da Mulher	MRE	Ministério das Relações Exteriores
CBF	Confederação Brasileira de Futebol	MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
CETP	Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	NETP	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CETRAP-MT	Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Mato Grosso	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
CNIg	Conselho Nacional de Imigração	OIT	Organização Internacional do Trabalho
CNJ	Conselho Nacional de Justiça	OTSH	Observatório do Tráfico de Seres Humanos
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público	PNETP	Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
COCIT	Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais	PR	Paraná
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	RS	Rio Grande do Sul
CONATRAE	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo	SAL/MJ	Secretaria de Assuntos Legislativos
DAC	Divisão de Assistência Consular	SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
DDH	Divisão de Direitos Humanos	SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
DEJUS	Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação	SNJ	Secretaria Nacional de Justiça
DF	Distrito Federal	SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
DPF	Departamento de Polícia Federal	STJ	Superior Tribunal de Justiça
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	TRF	Tribunal Regional Federal
DPU	Defensoria Pública da União	UE	União Européia
ETP	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

2. Apresentação

O presente Produto encontra-se previsto no Termo de Referência 007/2012 (Projeto BRA/11/X63) pertinente à consultoria cujo objetivo é estimular os processos de mobilização e disseminação de informações que esclareçam à sociedade sobre o tráfico de pessoas e sobre as ações governamentais para o seu enfrentamento.

O documento apresenta o registro e sistematização das informações obtidas durante o seminário realizado nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2012.

Utilizou-se como metodologia de trabalho a observação, ficando atento durante os dois dias colhendo o máximo de informações possíveis.

No primeiro momento consta um panorama, em linhas gerais, da solenidade realizada. O ponto forte foi a presença do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

No segundo momento, o intuito foi de registrar as principais experiências e propostas discutidas, e apresentar a sistematização dos formulários de avaliação do evento.

Desta forma, espera-se que este Produto contribua para facilitar as discussões e atividades da CERP, oferecendo informações sistematizadas passíveis de serem mais rapidamente “consumidas” e interpretadas pelos seus membros.

O seminário permitiu divulgar as experiências brasileiras junto à comunidade internacional, e intercambiar maiores conhecimentos, com alguns dos países membros da UE sobre aspectos chave para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Durante o Seminário foram discutidos os principais problemas nesta área, tais como a falta de cooperação entre os países, que ainda é um desafio para a eficácia das políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Foi apresentada também a cartilha desenvolvida pelo Ministério de Relações Exteriores: Orientações para o Trabalho no Exterior (anexo).

O Seminário contou em sua mesa de abertura com a participação do Ministro de Justiça, José Eduardo Cardozo, e seu Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, da Secretária de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, Sra. Salete Camba e da Embaixadora da Delegação da União Européia, Sra. Ana Paula Zacarias.

3. Diálogos Setoriais Brasil - União Européia sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

3.1. Antecedentes

A iniciativa de se realizar o projeto Diálogos Setoriais partiu dos ministérios que compõem a coordenação quadripartite da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, a saber: Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Direitos Humanos, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores.

A oportunidade de troca de experiências a nível técnico e político com a União Europeia surgiu com a abertura das candidaturas do projeto “Diálogos Setoriais”, gerenciado em parceria pela Delegação da União Europeia no Brasil e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil.

É importante ressaltar que o enfrentamento ao tráfico de pessoas já havia sido objeto dos diálogos políticos em direitos humanos, no marco das relações Brasil-União Europeia.

Em conjunto, Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Direitos Humanos, construíram uma agenda para uma fase do projeto constituída por uma missão de aproximação que permitiu a troca de experiência com as diversas unidades da UE e também com o governo da Bélgica e a definição de pontos convergentes de interesse de fortalecimento do diálogo. O foco principal foi conhecer as políticas públicas conjuntas dos países da UE no que tange a prevenção, repressão ao tráfico de pessoas e atendimento das vítimas. Com a segunda fase, concluída por meio da realização do presente Seminário, espera-se aprofundar o diálogo sobre o tráfico de pessoas, e construir estratégias conjuntas para o seu enfrentamento.

O projeto foi apresentado sob a liderança do Ministério da Justiça e aprovado pela Delegação da União Europeia no Brasil.

3.2. Informações Gerais

- ◆ Data: 31 de maio e 1º de junho de 2012
- ◆ Local: Palácio da Justiça - Auditório Tancredo Neves, Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília-DF
- ◆ Duração: 16 horas
- ◆ Participantes: 175 pessoas
- ◆ Público alvo: MPF, DPF, DPRF, CNJ, CNMP, STJ, DPU, MTE, CNIg, CONATRAE, AGU, SENASP, SDH, SPM, COCIT-MRE, DDH-MRE, DAC-MRE, ABIN, ANAMATRA, AMAGIS, AJD, AJURIS, OAB, EMBAIXADAS (todas da União Europeia), MERCOSUL (autoridades centrais e divisão de assuntos políticos, institucionais, jurídicos e sociais, REDE DE NÚCLEOS e POSTOS DE ETP).
- ◆ Painéis do Seminário: Foram pensados a partir da identificação de pontos de interesse entre o Brasil e a União Europeia em aprofundar o diálogo, a troca de experiências e a possibilidade de cooperação futura no tema. Nesse sentido, as apresentações focaram:
 - no intercâmbio de conhecimentos e troca de experiências dos projetos e ações desenvolvidos nos países;
 - no diálogo de alto nível, em especial à luz da literatura e dos alcances conceituais já pactuados nos países da União Europeia;

- em destacar parcerias e acordos específicos celebrados entre os parceiros institucionais diretamente envolvidos no tema;
- em provocar a reflexão sobre potenciais ações a serem desenvolvidas pelo Brasil e a União Europeia visando apresentar respostas aos principais dilemas do tema em questão.

3.3. Objetivo

O objetivo deste seminário era possibilitar a troca de experiências entre agentes públicos do Governo Brasileiro e de países da União Europeia, melhorando a habilidade dos atores que atuam na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como no atendimento às vítimas.

3.4. Realização



Ministério do
**Planejamento,
Orçamento e
Gestão**

Secretaria de
Direitos Humanos

Secretaria de
**Política para
as Mulheres**

Ministério
da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

3.5. Repercussão sobre o evento

Abaixo estão as repercussões na mídia impressa e na web



CLIPPING MÍDIA IMPRESSA

Jornal Empresas & Negócios (02 a 04 de junho de 2012)

Europeus são vítimas de tráfico de pessoas no Brasil (notícia em anexo)



CLIPPING ONLINE

- Delegação da União Europeia na República de Brasil (04/06/2012):

Seminário Internacional do EU - Brasil sobre Enfrentamento ao Tráfico de pessoas

Link da notícia:

http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/press_corner/all_news/news/2012/20120604_02_pt.htm

- Ministério do Turismo (04/06/2012):

Brasil e União Europeia lançam cartilha para orientar cidadãos contra o crime

Link da notícia:

http://www.cet.unb.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2158:mtur-no-combate-ao-trafico-de-pessoas

- Jornal do Comércio (01/06/2012):

Falta de cooperação entre países dificulta combate ao tráfico de pessoas

Link da notícia:

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2012/06/01/falta-de-cooperacao-entre-paises-dificulta-combate-ao-trafico-de-pessoas-44147.php>

- DN Globo (Portugal – 01/06/2012):

Primeiros casos de tráfico de europeus para o Brasil

Link da notícia:

http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2564255&seccao=Europa

- AFIN - Associação Filosofia Itinerante (01/06/2012):

Casos de europeus vítimas de tráfico de pessoas no Brasil são identificados pelo Ministério da Justiça

Link da notícia:

<http://afinsophia.blog.com/2012/06/01/casos-de-europeus-vitimas-de-trafico-de-pessoas-no-brasil-sao-identificados-pelo-ministerio-da-justica/>

- UOL Notícias (31/05/2012):

Brasil registra casos de europeus vítimas de tráfico de pessoas, diz secretário da Justiça

Link da notícia:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/31/brasil-registra-casos-de-europeus-vitimas-de-trafico-de-pessoas-diz-secretario-da-justica.htm>

- Empresa Brasil de Comunicação – EBC (31/05/2012):

Seminário Internacional do Brasil-UE sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Link da notícia:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/galeria/2012-05-31/seminario-internacional-do-brasil-ue-sobre-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas>

- Ministério da Justiça (31/05/2012)

Tráfico de pessoas: seminário em Brasília discute prevenção e apoio às vítimas

Tráfico de pessoas: cartilha e minicurso foram lançados durante seminário nesta quinta-feira

Link das notícias:

<http://blog.justica.gov.br/inicio/tag/cartilha/>

3.6. Programa

Segue a programação geral do evento:

Dia 31 de maio - Primeiro Dia de Atividades	
9:00 – 10:00	Credenciamento
10:00 – 10:30	<p>Abertura Oficial com a presença:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ José Eduardo Cardozo, <i>Ministro da Justiça</i> ▪ Paulo Abrão, <i>Secretário Nacional de Justiça</i> ▪ Salete Camba, <i>Secretária de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SDH/PR</i> ▪ Ana Paula Zacarias, <i>Embaixadora da Delegação da União Européia no Brasil</i> ▪ Embaixador Eduardo Gradilone, <i>Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores</i>
10:30 – 10:50	<p>Lançamento da Cartilha “Orientações para o Trabalho no Exterior - Modelos, Jogadores de Futebol e Outros Profissionais Brasileiros” e do Telecurso de Capacitação para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.</p>
10:50 – 12:30	<p>Painel 1: As Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Coordenação: Rodrigo Vitória, Representante do UNODC no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Política Brasileira de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas <i>Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça</i> • A Diretiva Européia de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas <i>Carla Deveille, Magistrat de Liaison. Embaixada da França no Brasil</i>
12:30 – 14:30	Almoço
14:30 – 16:30	<p>Painel 2: Sistema de Coleta de Dados Criminais em tráfico de pessoas Coordenação: Natalie Jellinek, Setor Político, representante da Delegação da União Européia no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • O modelo de coleta de dados do International Centre for Migration Policy Development <i>Enrico Ragaglia - Representante do ICMPD - Viena</i> • A experiência do Observatório do Tráfico de Seres Humanos de Portugal <i>Joana Daniel-Wrabetz - Chefe de equipe do OTSH</i> • O sistema de coleta de dados no Sistema de Justiça <i>Dra. Nilce Cunha Rodrigues, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão</i>
16:30 – 17:00	Coffee Break
17:00 – 19:00	<p>Painel 3: Inteligência Policial Coordenação: <i>André Fagundes Mendes</i>, Coordenador de Inteligência – Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Ministério da Justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Philippe Haynau</i>, Apresentação da Embaixada da França • <i>Vittorio Gusmano</i>, Apresentação do modelo italiano • Apresentação do Governo Brasileiro <ol style="list-style-type: none"> a. Departamento de Polícia Federal <i>Vanessa Gonçalves Leite de Souza, Chefe da Unidade de Repressão Tráfico de Pessoas da DPF</i> b. Departamento de Polícia Rodoviária Federal <i>Leony Messias de Paula, Inspetor da Polícia Rodoviária Federal</i> <p>Debate</p>

Dia 01 de junho - Segundo Dia de Atividades	
9:00 – 12:30	<p>Painel 4: Políticas Compensatórias para vítimas de tráfico de pessoas Coordenação: Luiz Machado, Representante da OIT no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • A política compensatória para vítimas no Combate ao Trabalho Escravo <i>Renato Bignami - Assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e membro da CONATRAE</i> • Experiências Europeias: Apresentação do modelo português <i>Isabel Burke, Inspectora Superior, Embaixada de Portugal no Brasil</i> • A Política Compensatória para vítimas de tráfico de pessoas, experiência holandesa. <i>Clívia Rubia Ribeiro Caracciolo, representante da ONG Casa Brasil Holanda (Amsterdã, Holanda)</i> • Experiências Europeias: Apresentação do modelo belga <i>Johan Hongenaert, attaché, Directorate General Immigration Service, Embaixada da Bélgica no Brasil</i> • Experiências de acolhimento a vítimas de tráfico na Bélgica <i>Ilse Hulsbosch, representante da ONG PAG-ASA (Bruxelas, Bélgica)</i> <p>Debate</p>
12:30 – 14:30	Almoço
14:30 – 17:00	<p>Painel 5: Atendimento e retorno seguro de vítimas de tráfico de pessoas Coordenação: George Lima, Assessor Internacional da SDH</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Política de Assistência Consular e de atendimento de brasileiros no exterior <i>Conselheiro Aloysio Gomide, Chefe da Divisão de Assistência Consular</i> • A política de atendimento às mulheres vítimas de violência <i>Ana Teresa Iamarino, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Combate à Violência da Secretaria de Política para as Mulheres</i> • A experiência da Rede de Núcleos e Postos de ETP <i>Fernanda Alves dos Anjos, Diretora do DEJUS/SNJ</i> • Experiências de acolhimento a vítimas de tráfico na Bélgica <i>Mônica Pereira, representante da ONG Abraço (Bruxelas, Bélgica)</i> <p>Debate</p>
17:00 – 17:30	Coffee Break
17:30 – 19:00	<p>Mesa de Encerramento</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça</i> • <i>Jérôme Poussiélgue, Chefe de Cooperação, Delegação da União Européia no Brasil</i> <ol style="list-style-type: none"> 1) Apresentação da síntese dos painéis pelos Coordenadores 2) Possibilidades de cooperação e próximos passos – coordenadores da mesa de encerramento

3.7. Galeria de Imagens

Dia 31



Credenciamento



Auditório Tancredo Neves, Palácio da Justiça



Mesa de abertura / Ministro da Justiça



Lançamento da cartilha com a presença da Ministra Maria Luisa Lopes

Painel 1: As Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



Paulo Abrão (SNJ)

Coordenação: Rodrigo Vitória (UNODC)



Carla Deveille (Embaixada da França)

Painel 2: Sistema de Coleta de Dados Criminais em tráfico de pessoas

Enrico Ragaglia (ICMPD)



Coordenação: Natalie Jellinek
(União Europeia)



Joana Daniel-Wrabetz (esq.) e Dra. Nilce Cunha Rodrigues (dir.)

Coffee Break



Painel 3: Inteligência Policial



Coordenação: André Fagundes (SENASP)



Vittorio Gusmano (Embaixada Itália)



Philippe Haynau (Embaixada França)



Vanessa Gonçalves (DPF)



Leony Messias (DPRF)



Dia 1º

Painel 4: Políticas Compensatórias para vítimas de tráfico de pessoas



Coordenação: Luiz Machado (OIT)



Johan Hongenaert (Embaixada Bélgica)



Renato Bignami (MTE)



Isabel Burke (Embaixada Portugal)



Ilse Hulsbosch (ONG PAG-ASA)



Clívia Rubia (ONG Casa Brasil Holanda)

Painel 5: Atendimento e retorno seguro de vítimas de tráfico de pessoas



Coordenação: George Lima (SDH)



Mônica Pereira
(ONG Abraço)



Aloysio Gomide (MRE)



Fernanda Alves dos Anjos (DEJUS/SNJ)



Ana Teresa Iamarino (SPM)

Mesa de encerramento



André Fagundes
(Painel 3)



Luiz Machado (Painel 4)



Paulo Abrão (esq.) e Jérôme Poussiégue (dir.)



George Lima - Painel 5 (esq.) e
Rodrigo Vitória - Painel 1 (dir.)



Natalie Jellinek (Painel 2)

3.7. Participantes

	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
1	ADELINO NETO	COORDENADOR GERAL	MINISTÉRIO DO TURISMO
2	ADRIANA DE ALMEIDA		MDS
3	AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO	SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL FEDERAL	DPU
4	ALCIDIO DE SOUSA ARAUJO	DELEGADO DE POLICIA	DPF
5	ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO	COORDENADOR DE APOIO AO CNIg	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg)
6	ALESSANDRA BARROS	COORDENADORA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
7	ALEX CHAGAS		DPF
8	ALEXANDRE ALVES		DPF
9	ALINE PEDRA	CONSULTORA	UNODC
10	ALOYSIO GOMIDE	CHEFE	DAC/MRE
11	ANA JOANA EVANGELISTA DA SILVA	COORDENADORA DE SEMINÁRIO	MOBILIZAÇÃO MUNDIAL
12	ANA PAULA ZACARIAS		UE
13	ANA TERESA IAMARINO	COORDENADORA-GERAL	SPM
14	ANDRÉ FAGUNDES MENDES	COORDENADOR DE INTELIGÊNCIA	SENASP
15	ANDREJA SIMENC	PRIMEIRA SECRETÁRIA	EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA
16	ANNA CAROLINA AURELIANO	ASSESSORA TÉCNICA	SPM
17	ANNIE VIEIRA CARVALHO	ASSISTENTE SOCIAL	GETP-DF
18	ANTONIO CARLOS CAVALCANTE RODRIGUES	PROCURADOR DO TRABALHO	PRT-18
19	BERNHARD K.	ENCARREGADO DE NEGÓCIOS	EMBAIXADA DA ALEMANHA
20	CAIO AUGUSTO PEIXOTO MENDES	OFICIAL DE INTELIGENCIA	ABIN
21	CARLA CRISTINA DE ARAUJO BARRETO	AGENTE	DPF
22	CARLA DEVEILLE	MAGRISTRAT DE LIAISON	EMBAIXADA DA FRANÇA
23	CECÍLIA CASTRO RODRIGUEZ	ASSESSORA JURÍDICA	MPF
24	CICERO RUFINO PEREIRA	PROCURADOR DO TRABALHO	MPT-24
25	CLAUDIA ANDRADE	BOOKER	FORD BRASIL
26	CLAUDIA PATRÍCIA DE LUNA	VICE-PRESIDENTE	MCTP
27	CLAUDINA SCAPINI	SECRETÁRIA EXECUTIVA	CNBB
28	CLAUDIO ALVES RIBEIRO BRENNAND	ASSESSOR	SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA
29	CLIVIA RUBIA RIBEIRO CARACCILO		ONG CASA BRASIL HOLANDA
30	CRISTINA BORGES MARIANI	AGENTE ADMINISTRATIVO	DRCI/ SNJ
31	DALILA EUGENIA MARANHÃO DIAS FIGUEIREDO	PRESIDENTE	ASBRAD
32	DANIEL MENDONÇA LAGE DA CRUZ	ASSESSOR	CASA CIVIL
33	DANIELA MUSCARI SCACCHETTI	DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL	DPU
34	DIARLON CESAR TORRES		INSTITUTO BRASILEIRO DE INOVAÇÕES PRÓ-SOCIEDADE SAUDÁVEL
35	DULCE REGINA AMORIN	COORDENADORA	CETRAP-MT

36	DUVLON C. TORRES		INSTITUTO BRASILEIRO DE INOVAÇÕES PRÓ-SOCIEDADE SAUDÁVEL
37	EDER GERALDO ABREU	PROMOTOR DE JUSTIÇA	MPE-AP
38	EDUARDO FRANÇA NEVES BASSANI	APO	MPOG-SPI
39	EDUARDO GOMOR DOS SANTOS	APO	MPOG-SPI
40	EDUARDO GRADILONE	SUBSECRETÁRIO	MRE
41	ELAINE FARIA	ASSESSORA PARLAMENTAR	LIDERANÇA DO PPS
42	ELI PINHEIRO DE OLIVEIRA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	MPE-AP
43	ELIETE MATIAS RODRIGUES	DELEGADA DE POLICIA	PC-RS
44	ELISA DE SOUSA RIBEIRO	ASSISTENTE DE PROJETOS	UNODC
45	ELOISA DE SOUSA ARRUDA	SECRETÁRIA ESTADUAL	SECRETARIA DE JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA DO ESTADO DE SP
46	ELSE KEYERS		EMBAIXADA DA BÉLGICA
47	ELZA MARIA VERLANGIÉRI LOSCHI	COORDENADORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER	SEGOV-MS CETRAP-MS
48	ERALDO AUGUSNO	DELEGADO	SENASP
49	ESTELA MÁRCIA SCANDOLA	DIRETORA PRESIDENTE IBISS	INSTITUTO BRASILEIRO DE INOVAÇÕES PRÓ-SOCIEDADE SAUDÁVEL
50	EVA SPIEZESMANN		EMBAIXADA DA ALEMANHA
51	FABIOLA ALVES VERISSIMO	PRESIDENTE	LIBERTA
52	FERNANDA ALVES DOS ANJOS	DIRETORA	DEJUS/MJ
53	FERNANDA PEREIRA RIBEIRO	SECRETÁRIA	MOBILIZAÇÃO MUNDIAL
54	FERNANDA RODRIGUES DA FROTA MORAIS	CORDENADORA PROGAMA DE PREVENÇÃO	MOBILIZAÇÃO MUNDIAL
55	FERNANDO ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO		INSTITUTO SER DE DIREITOS HUMANOS
56	FERNANDO LUZ CARVALHO	CONSULTOR DO PROJETO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS MERCOSUL	PROGRAMA ESCOLA DE CONSELHOS - UFMS
57	FLAVIA DO BONSUCESSO TEIXEIRA	PESQUISADORA ASSOCIADA	UNICAMP-PAGU
58	FLÁVIA MARTINS AFFONSO	ADVOGADA DA UNIÃO	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
59	GABRIELLA MOURA BARBOSA	PALESTRANTE	MOBILIZAÇÃO MUNDIAL
60	GEORGE LIMA	ASSESSOR INTERNACIONAL	SDH
61	GILSON GOULART CARRIJO	DOCTORANDO	UNICAMP-PAGU
62	GIULIANA BIAGGINI DINIZ BARBOSA	CONSELHEIRA	CONANDA
63	GLICIA THÁIS SLAMERON DE MIRANDA	CONSELHEIRA	CONANDA
64	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	DESEMBARGADOR	TRF-2
65	GUILHERME SILVA BEDNARCZUK	ASSISTENTE JURÍDICO	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
66	HELOÍSA MARIA DE SIMONE MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADORA	INFRAERO
67	IDIA GERALDINA		DPF
68	ILSE HULSBOSCH	LEGAL ADVISOR	PAG-ASA
69	ISABEL BURKE	ADIDA POLICIAL	EMBAIXADA DE PORTUGAL
70	ITAMAR BATISTA GONÇALVES	GERENTE DE PROGRAMAS	CHILDHOOD BRASIL
71	IZABELA VIEIRA LUZ	DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL	DPU
72	IZABELA VIEIRA LUZ	DEFENSORA PÚBLICA FEDERAL	DPU

73	JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA	COORDENADORA DO NETP	SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - PE
74	JÉRÔME POUSSIELGUE	CHEFE DE COOPERAÇÃO	UE
75	JOANA BARBOSA	NPO	ICMPD
76	JOANA DANIEL WRABETZ	DIRECTOR	OTSH
77	JOÃO FREDERICO WIRTH CHAIBUB	DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL	DPU
78	JOAQUIM MODESTO PINTO JÚNIOR	COORDENADOR-GERAL AGRÁRIO	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
79	JOHAN HONGENAERT	ATTACHÉ	DIRECTORATE GENERAL IMMIGRATION SERVICE
80	JORGE ROCHA	ASSESSOR PARLAMENTAR	LIDERANÇA DO PPS
81	JOSÉ KASUO OTSUKA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	MPE-TO
82	JOSÉ RÉRISSON MACÉDO GOMES	DELEGADO DE POLICIA	PC-TO
83	JOSEP CENTELLES PORTELLA	PERITO PRINCIPAL	PROJETO APOIO AOS DIÁLOGOS SETORIAIS EU-BRASIL
84	JUCELI RODRIGUES DOS SANTOS	DELEGADA DE POLICIA	PC-BA
85	JÚLIA COSTA DE SIQUEIRA CAMPOS	ESTAGIÁRIA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
86	JULIANA FELICIDADE ARMEDE	COORDENADORA NETP-SP	SECRETARIA DE JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA DO ESTADO DE SP
87	KÁTIA ADRIANA CARDOSO DE OLIVEIRA	ASSESSORA	SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE
88	KÁTIA VALÉRIA SEGLIA	ANALISTA DE INTELIGÊNCIA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA ARGENTINO
89	KATIUSCIA SILVA PINHEIRO DO AMARAL	CHEFE DE GABINETE	SEJUS-AP
90	KLEBER FERREIRA GOMES		DPRF
91	KURT HOLMGREN	ADIDO POLÍTICO	EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS
92	LACI MARINHO DE ARAÚJO	VICE-PRESIDENTE	INSTITUTO SER DE DIREITOS HUMANOS
93	LARISSA CAETANO MIZUTANI		SAL/MJ
94	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JÚNIOR	PROMOTOR DE JUSTIÇA	MPE-PA
95	LEILA REGINA PAIVA DE SOUZA	ASSESSORA PLENA DA ÁREA DE SOLIDARIEDADE	UMBRASIL- União Marista do Brasil/FMSI – Fundação Marista de Solidariedade Internacional
96	LEONARDO RABELLO FEYO	DELEGADO FEDERAL	DPF
97	LEONY MESSIAS DE PAULA	INSPETOR	DPRF
98	LEVI NIETVELT	FUNCIONÁRIO DO DEPARTAMENTO POLÍTICO	EMBAIXADA DA HOLANDA
99	LILIAN MOREIRA PINHO	ASSESSORA-CHEFE DA ASSESSORIA INTERNACIONAL	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RJ
100	LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA	PROCURADORA DA REPÚBLICA	MPF
101	LUIS ANTÔNIO CORREIA DE MEDEIROS GUSMÃO	ANALISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI/FUNAG
102	LUIS PAULO COTRIN GUIMARÃES	DESEMBARGADOR FEDERAL	TRF-3
103	LUIZ GUSTAVO VIEIRA CASTRO	DIRETOR	CBF
104	LUKE BILLMAN	MISSIONARY	SHORES OF GRACE
105	MARCELA RODRIGUES DE SIQUEIRA VICENTE	DELEGADA DE POLICIA	DPF
106	MARCELLO WANDERLEY MAIA PAIVA	JUÍZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA	TRT-13

107	MARCELO FERRAZ		MRE
108	MARCELO JACOB		SENASP
109	MARCOS ROSSETI PICCININ	AGENTE	DPF
110	MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA	CONSULTORA	INSTITUTO ALIANÇA
111	MARIA FILOMENA MECABO	VICE-PRESIDENTE	PASTORAL DA MULHER MARGINALIZADA
112	MARIA GABRIELA AHUALLI STEINBERG	PROMOTORA DE JUSTIÇA ASSESSORA	MPE-SP
113	MARIA GABRIELLE ISELIUS	ESTAGIÁRIA	EMBAIXADA DA SUÉCIA
114	MARIA GORETE OLIVEIRA MEDEIROS VASCONCELOS	COORDENADORA DE PROGRAMAS	CHILDHOOD BRASIL
115	MARIA HELENA CISNE	DESEMBARGADORA FEDERAL	TRF-2
116	MARIA JAQUELINE DE SOUZA LEITE	COORDENAÇÃO	OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DO TRÁFICO DE PESSOAS - CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO A MULHER - CHAME
117	MARIA LUIZA LOPES	MINISTRA	MRE
118	MARINA SANTOS RODRIGUES	ANALISTA	DRCI/ SNJ
119	MARKO FERK	OFICIAL DE CHANCELARIA	EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA
120	MARLEIDE FERREIRA ROCHA	ASSESSORA	SNJ
121	MARLENE RICARDI DE SOUZA	MEMBRO SOCIEDADE CIVIL	CETRAP-MS
122	MARTA HELENA DA SILVA SANTOS	GERENTE	GETP-DF
123	MARY KATHYR	MISSIONARY	SHORES OF GRACE
124	MATHIAS VERHEYEN		
125	MAURILIO G. S. NETO		DPRF
126	MICHELLE VITÓRIA CUSTÓDIO CAMPBELL	DIRETORA	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
127	MONICA PEREIRA	COORDENADOR	ABRAÇO ASBL
128	MÔNICA PEREIRA		ONG Abraço
129	NADJA PEREIRA GUSMÃO SCARTEZINI	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	MOBILIZAÇÃO MUNDIAL
130	NATALIE JELLINEK		UE
131	NELLY JAZMIN DELGADO VON LEPEL	PRIMEIRA SECRETÁRIA	EMBAIXADA DO PARAGUAI
132	NELMA MARIA PONTES DE SOUZA	COORDENADORA	NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS
133	NILCE CUNHA RODRIGUES	PROCURADORA	MPF
134	PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL	DESEMBARGADORA FEDERAL	TRT-8
135	PAULO ABRÃO	SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
136	PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO	DESEMBARGADOR PRESIDENTE	TRT-13
137	PAULO DAVIM		SENADO FEDERAL
138	PAULO HENRIQUE PINHO SOUSA	OFICIAL DE INTELIGENCIA	ABIN
139	PAULO RICARDO FREITAS DE LIMA	ASSESSOR DA SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE	SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE
140	PEDRO BORGES MOURÃO SÁ TAVARES DE OLIVEIRA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	MPE-RJ
141	PEDRO HENRIQUE SILVA PEREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	MPF
142	PHILIPPE HAYNAU	ADIDO	EMBAIXADA DA FRANÇA
143	RENATO BASTOS FIGUEIROA	DELEGADO DE POLÍCIA	PC-PR

144	RENATO BIGNAMI	ASSESSOR	MTE
145	RENATO PIRES DE LACERDA ABREU	GERENTE DE RELACIONAMENTO COM A INDÚSTRIA	INFRAERO
146	RICHARDSON SILVA	DELEGADO DE POLICIA	PC-PE
147	RINALDO APARECIDO BARROS	MAGISTRADO	TJ-GO
148	RODRIGO FLÁVIO DE ÁVILA VITÓRIA	OFICIAL DE PROGRAMA	UNODC
149	RODRIGO NUNES BERTRAND	DELEGADO DE POLICIA	DPF
150	ROGÉRIO ANTÔNIO LOPES	DELEGADO DE POLICIA	PC-PR
151	ROGÉRIO C. SCANTAMBURLO	PROCURADOR DE JUSTIÇA	MPE-RJ
152	RONA LAZZARINO	PESQUISADORA	UNIMIB ITÁLIA
153	ROSANA TONAZINI	MANAGER	UE
154	SADY SIDNEY FAUTH JUNIOR	CONSULTOR	UNODC
155	SALETE CAMBA	SECRETÁRIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DIREITOS HUMANOS	SDH
156	SAMUEL ELÂNIO DE OLIVEIRA	DELEGADO	DPF
157	SELMA LUZIA SOARES DE OLIVEIRA	ASSESSORA JURÍDICA	DPU
158	SHEILA VASQUES DE OLIVEIRA	DELEGADA DE POLICIA	PC-AP
159	SIDNEI MARCO DORNELAS	GT TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO	CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB
160	SOCORRO P. LEAL	ASSESSORA POLÍTICA	EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS
161	SÓCRATES DE SOUZA	PROCURADOR DE JUSTIÇA	MPE-ES
162	TATHIANA BARROS GOMES	PROMOTORA DE JUSTIÇA	MPE-PE
163	TATHIANA DAL COL		SENASP
164	TEREZINHA ABIGAIL GONÇALVES DA SILVA	CHEFE DE GABINETE	SEPPPIR-PR
165	TUÍLA BOTEGA CRUZ	PESQUISADORA	CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS
166	VAGNER AMARAL FIORINI	AGENTE	DPF
167	VANESSA GONÇALVES SOUZA	DELEGADA DE POLICIA	DPF
168	VÂNIA MÁRCIA DAMASCENO NOGUEIRA	DEFENSORA PÚBLICA FEDERAL	DPU
169	VITOR COELHO CAMARGO DE MELO	ESTUDANTE	UNB
170	VITÓRIA SAMIERO CRESPO	ARTICULADORA	ODH - PROJETO LEGAL - PROJETO TRAMA
171	VITTORIO GUSMANO	ADIDO CIVIL	EMBAIXADA DA ITALIA
172	VIVIANE MAGALHÃES PEREIRA ARRUDA	DEFENSORA PÚBLICA FEDERAL	DPU
173	WALDO JOSÉ CARAM ROHLFS	PROCURADOR REGIONAL FEDERAL	PRF
174	WILLIAM CÉSAR DE ANDRADE	GRUPO DE APOIO	CNBB
175	ZORA YONARA TORRES COSTA	TECNICA - TERCEIRIZADA	DPSE/ SNAS/ MDS

3.9. Registro das Intervenções

Segue registro sintético da mesa de abertura, dos painéis e dos debates ocorridos durante os dois dias do Seminário Internacional *“Diálogos Setoriais Brasil-União Européia sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”*. Foi entregue, no último dia, um formulário de avaliação do evento para preenchimento individualizado, cuja tabulação, sistematização e interpretação estão apresentadas no próximo item deste relatório.

PRIMEIRO DIA DE ATIVIDADES - 31 de maio**Abertura Oficial**

A cerimônia teve início às 10h20, após credenciamento que foi realizado entre 9 e 10h, com a execução do Hino Nacional e na seqüência algumas falas institucionais.

Paulo Abrão - Secretário Nacional de Justiça

Saúda todos os presentes, menciona os parceiros e destaca o último encontro realizado em Goiânia (nos dias 14 e 15 de maio - Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas), que tratou do tema. Explica que os painéis que compõem o seminário foram apontados em um encontro entre Brasil e União Européia realizado em Bruxelas, com objetivo de criar uma agenda de propostas e fortalecer a parceria entre os governos. Não se estendeu em sua fala uma vez que entraria com mais detalhes sobre a política brasileira de enfrentamento ao tráfico de pessoas no painel 1.

Eduardo Gradilone - Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior

Menciona que a principal preocupação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é com a cidadania brasileira, e reconhece que é de suma importância que se tenha informações e recomendações concretas para os brasileiros terem cautelas devidas durante uma viagem. *“Não queremos prejudicar o intercâmbio das pessoas, causando medo sobre o tráfico de pessoas. Temos que fazer parcerias e calibrar a atuação dos policiais para que façam operações produtivas”*, disse Eduardo Gradilone. O MRE adota a política de neutralidade quanto a decisão de brasileiros ir ou não para o exterior. Encerra sua fala destacando o serviço Ligue 180 e a cartilha lançada recentemente sobre o trabalho no exterior, a qual foi distribuída nesse seminário e será apresentada pela Ministra Maria Luiza Lopes.

Salette Camba - Secretária de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SDH/PR, representante da Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes

Disse que o governo brasileiro vem trabalhando para impedir a violação aos direitos humanos em todos os contextos, especialmente no mundo do trabalho. *“O Estado brasileiro tem responsabilidade e deve trabalhar para fazer com que o cidadão conheça seus direitos. Trabalhamos para rompermos as fronteiras e as barreiras, para que o mercado ilegal não se utilize da falta de conhecimento para se reproduzir”*, afirmou a secretária.

Ana Paula Zacarias - Embaixadora da Delegação da União Européia no Brasil

Relatou que a promoção dos direitos humanos tem sido identificada como uma grande prioridade, que é compartilhada entre a União Européia e o Brasil. O desenvolvimento das ações dessa parceria tem dado frutos na área de tráfico de pessoas, direitos humanos e combate a homofobia. Ela tem convicção que a partilha das políticas externas dará futuros resultados para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, mais democrática, e para o desenvolvimento dessa parceria (União Européia e Brasil) que é fundamental no mundo contemporâneo.

José Eduardo Cardozo - Ministro da Justiça

O Ministro da Justiça fez uma contundente fala sobre a importância do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Ressaltou a necessidade de cooperação internacional para enfrentar o tráfico de pessoas. *“Esse é um problema que preocupa muitos países do mundo, em especial a Comunidade Européia. Portanto, o enfrentamento não passa apenas por medidas internas de nosso país. Sem uma relação internacional aprofundada e sem a conjugação de esforços, não será possível encontrarmos a solução”*, disse. Também falou sobre a formalização do II PNETP por ato normativo logo em breve e desejou sucesso ao seminário.

Lançamento da Cartilha



Cartilha de Orientações para o Trabalho no Exterior: modelos, jogadores de futebol e outros profissionais brasileiros

Foi lançada durante o evento com o intuito de alertar profissionais, como modelos, jogadores de futebol, entre outros, sobre os riscos da emigração e do tráfico de pessoas. De acordo com a chefe do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, Ministra Maria Luiza Lopes, responsável por apresentar a cartilha, muitos brasileiros deixam o país sem contrato assinado. Mas, ao assinar o documento em um idioma que não dominam, se comprometem com jornadas excessivas de trabalho, salários baixos e altas taxas de alimentação e moradia. Para a diplomata, tais condições caracterizam o tráfico de pessoas. Cláudia Andrade, da Ford Models, considera que é preciso informar os/as modelos sobre a melhor forma de migrar. *“Há jovens com o sonho de ser uma Gisele Bündchen, a gente não vai impedir que eles saiam do país para perseguir esse sonho, por isso, elas devem sempre buscar agências idôneas”*, alertou. O guia será lançado na próxima edição do São Paulo Fashion Week, no dia 13 de junho. O representante da CBF, Luiz Gustavo de Castro, elogiou a iniciativa que poderá beneficiar potenciais jogadores de futebol que vão tentar a vida no exterior. *“Hoje a FIFA tem um sistema de transferência, mas ele só trabalha com*

jogadores federados. É preciso também ver a situação de jogadores que ainda estão no anonimato”, disse.

Painel 1: As Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O painel foi coordenado pelo representante do UNODC no Brasil, Rodrigo Vitória, e a mesa foi composta pelo Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, e pela Magistrada de Ligação da Embaixada da França no Brasil, Carla Deveille.

Paulo Abrão

Abordou em sua fala inicial sobre as políticas brasileiras de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que é uma diretriz interministerial envolvendo governo federal e sociedade civil. Fez um breve balanço sobre as ações que envolveram essa temática (primeiro e segundo plano nacional, encontro das redes, grupos de trabalho, consultas públicas), e apresentou o mapa atual da estrutura de atendimento e apoio (núcleos, postos e comitês). Por fim mencionou a inclusão do tema na próxima novela das 9 da Rede Globo, onde tem a certeza que terá uma boa repercussão. *“Precisamos dar visibilidade a esse crime, pois, muitas vezes, as vítimas não se reconhecem como tal. O tráfico de pessoas tem apresentado diversas finalidades, como tráfico de órgãos, casamento servil, trabalho escravo, exploração sexual e há até denúncias de jogadores de futebol sendo traficados para trabalhar no Oriente Médio”,* alertou o secretário.

Carla Deveille

Explanou sobre a diretiva europeia de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Acredita que deve ser dada ênfase nos instrumentos legislativos de harmonização para o enfrentamento ao tráfico. Enfatizou que a medida de proteção aos menores deve ser tratada com respeito e preparar os policiais para proteger principalmente as vítimas menores, em um ambiente favorável.

Painel 2: Sistema de Coleta de Dados Criminais em tráfico de pessoas

O painel foi coordenado por Natalie Jellinek, representante da delegação da União Europeia no Brasil. A mesa foi composta por Enrico Ragaglia, representante do ICMPD – Viena; Joana Daniel-Wrabetz, Chefe de equipe do OTSH; e Dra. Nilce Cunha Rodrigues, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão.

Enrico Ragaglia

A sua participação se deu via videoconferência direto de Viena (Áustria) utilizando o equipamento Polycom HDX 8000 Series conectado à internet.

Apresentou o modelo de coleta de dados desenvolvido pelo International Centre for Migration Policy Development – ICMPD, sobre o recolhimento de dados e gestão de informação com a finalidade de harmonizar dados para fins estatísticos, com intuito de melhoria das respostas de combate ao tráfico. Os princípios orientadores para essa coleta são: princípio da propriedade nacional/local; proteção dos dados vítima e método interdisciplinar. Enrico elencou uma série de variáveis centradas nas vítimas de tráfico, dentre elas: antecedentes da vítima, experiência de exploração, identificação, assistência e cooperação com funcionários e autoridades. Quanto a variáveis centradas no traficante, encontram-se: antecedentes do traficante, fase de julgamento, de recurso, da queixa e da investigação.

Joana Daniel-Wrabetz

Relatou a experiência do Observatório do Tráfico de Seres Humanos de Portugal (OTSH), na qual a missão é produzir, coletar e analisar dados sobre tráfico de pessoas. Ressaltou que há uma dificuldade nas próprias polícias quanto à troca de informações, por ter em Portugal 4 (quatro) tipos de polícias, e isso se torna um obstáculo para o estudo.

Dra. Nilce Cunha Rodrigues

Forneceu informações sobre a coleta de dados no sistema de justiça brasileiro, salientou que há uma complexidade para se ter uma percepção das vítimas, por terem um receio para fazer as denúncias. Registrou um caso ocorrido no Ceará de uma aliciadora que foi presa em flagrante. Concluiu dizendo que estão construindo um sistema integrado visando dotar os órgãos públicos de informações precisas sobre o trabalho de cada um.

Painel 3: Inteligência Policial

O painel foi coordenado por André Fagundes Mendes, Coordenador de Inteligência – Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, e a mesa contou com a participação de: Philippe Haynau (Embaixada da França), Vittorio Gusmano (Embaixada da Itália), Vanessa Gonçalves Leite de Souza (Departamento de Polícia Federal) e Leony Messias de Paula (Departamento de Polícia Rodoviária Federal).

Philippe Haynau

Apresentou o modelo francês no âmbito do tráfico de seres humanos, com foco nos serviços de investigações e inteligência, dados de tráfico para fins de prostituição, aspectos jurídicos e um caso vivenciado. Mencionou que o Brasil e a Colômbia são os dois países da América Latina com o maior número de mulheres que chegam a Europa para se prostituírem. Fechou sua apresentação relatando um caso que repercutiu em jornais franceses.

Vittorio Gusmano

Apresentou o modelo italiano no tocante a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas através de um breve relato de sua experiência como delegado de polícia na Itália. Socializou que as unidades de polícia da Itália trabalham muito com foragidos, com o mesmo objetivo. (não exibiu nenhuma apresentação/slide)

O Governo Brasileiro foi representado nesse painel pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF).

Vanessa Gonçalves Leite de Souza

A Chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas da DPF buscou retratar as ações da Polícia Federal, focando principalmente na cooperação internacional com a INTERPOL. A delegada informou que as regiões Norte e Nordeste são as principais origens dos que são usados no tráfico interno, e o destino principal é o Sudeste ou os garimpos da Região Norte. No caso do tráfico internacional, é da região Sudeste que sai a maioria das pessoas para os países da Europa. *“O DPF vem estudando novas formas de investigar o crime de tráfico de pessoas”*, destacou Vanessa.

Leony Messias de Paula

O objetivo do inspetor foi mostrar a estrutura e funcionamento da polícia rodoviária federal e de que forma ela pode colaborar com os órgãos que trabalham diretamente com a investigação do tráfico de pessoas e como a PRF vem colaborando no combate a esse tipo de crime. *“O Brasil, em virtude de suas dimensões continentais, possui uma imensa extensão fronteiriça, seca e natural, requerendo especial atenção e medidas no controle do trânsito de estrangeiros pelo território nacional. A PRF, presente em todo território brasileiro, possui condições de atuar colaborando nesse controle de modo a prevenir e auxiliar no combate aos diversos crimes”* conclui Leony.

DEBATE

Registro dos assuntos mais relevantes

Dalila (ASBRAD/SP) não direcionou uma pergunta, apenas expôs seu ponto de vista perante uma experiência vivenciada, a saber:

Mencionou que trabalhou 2 anos na região de fronteira e observou que algumas instituições entrevistadas estavam totalmente fora do enfrentamento, do debate, e que existe uma vontade dessas instituições fazerem parte do debate, e outras instituições com responsabilidade de fiscalizar mercadorias também se posicionam com interesse de participarem dos debates. Nesse sentido

precisa-se considerar a participação dessas instituições para serem capacitadas para enfrentar o tema e como acionar uma rede.

Claudia (MCTP) perguntou diretamente para a delegada Vanessa Gonçalves se existe alguma proposta da polícia federal para mudar o sistema de registro do perfil das vítimas do tráfico humano?

VANESSA, diz que na verdade a PF infelizmente não possui dados estruturados. A busca é manual. Assume que é um a falha, mas existe uma proposta de um projeto para incluir informações sobre a vítima, mas ainda está em fase embrionária.

SEGUNDO DIA DE ATIVIDADES - 1º de junho

Painel 4: Políticas Compensatórias para vítimas de tráfico de pessoas

Esse painel foi coordenado por Luiz Machado, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Fez uma breve introdução divulgando um estudo lançado hoje pela OIT. O estudo, intitulado “Estimativa Global da OIT sobre Trabalho Forçado 2012”, detalha as diferentes violações e a incidência nos setores da economia: 4,5 milhões (22%) são vítimas de exploração sexual forçada e 14,2 milhões (68%) são vítimas de exploração do trabalho forçado em atividades econômicas como agricultura, construção civil, trabalho doméstico ou industrial.

Participaram desse painel Renato Bignami, Assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e membro da CONATRAE; Isabel Burke, Inspetora Superior, representante da Embaixada de Portugal no Brasil; Johan Hongenaert, Diretor-Geral do Serviço de Migração da Embaixada da Bélgica no Brasil; Ilse Hulsbosch, representante da ONG PAG-ASA (Bruxelas, Bélgica) e Clívia Rubia Ribeiro Caracciolo, representante da ONG Casa Brasil Holanda (Amsterdã, Holanda).

Renato Bignami

Explanou sobre a política compensatória para vítimas no Combate ao Trabalho Escravo. Iniciou sua palestra citando 3 (três) pilares básicos que norteiam o estado brasileiro - a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa. “*O conceito brasileiro vai além da Convenção 29 da OIT e amplia bastante de forma correta com a finalidade de estar em harmonia com os princípios fundamentais do estado democrático brasileiro (dignidade da pessoa humana, trabalho e livre iniciativa)*” menciona Bignami. Destaca que no caso de ser constatado o trabalho em condição análoga à de escravo, o



exibição de algumas campanhas lançadas em Portugal

Johan Hongenaert (palestra em inglês com tradução simultânea para os participantes)

Relata a experiência do modelo belga sobre o acolhimento à vítima de tráfico de pessoas. Acha de suma importância que seja criado uma licença de residência permanente para as vítimas, mesmo sabendo que a maioria decide retornar para o seu país de origem. Registrou que uma categoria muito específica de vítimas de tráfico de pessoas são menores e, nesse caso, a Bélgica adota medidas específicas devido à vulnerabilidade da vítima, e as autoridades tomam ações necessárias para encontrar os pais da(s) criança(s), enquanto ela(s) fica(m) sob a guarda e tutela do Estado. Há um centro específico para acompanhar os menores (existem 3 na Bélgica, um em cada região).

Informações sobre a medida compensatória: o escopo é mais amplo do que se refere o trabalho escravo. Diferentes elementos podem ser levados em condição contrária ao trabalho humano, como por exemplo: trabalhos não pagos são freqüentes, geralmente trabalhos ilegais, sem registro; trabalhos em ambientes insalubres.

O objetivo dos inspetores do trabalho:

- primeiramente deve se determinar às infrações e emitir um relatório;
- depois deve ser regulamentada a situação do empregado - o empregador declara o pagamento ao instituto social do país, e deve ter a obrigação de pagar o salário específico para sua(s) vítima(s) mesmo se ela(s) já tiver(em) saído do país.

Ressalta que existem outras medidas, mas elas serão detalhadas por Ilse Hulsbosch.

(não exibiu nenhuma apresentação/slide)

Ilse Hulsbosch (palestra em inglês com tradução simultânea para os participantes)

Agradece o convite aos organizadores, para explicar como é feito o acolhimento à vítima na Bélgica, através de um panorama histórico dos procedimentos de proteção social à vítima, que começou na década de 90. Destacou que no início o tráfico de mulheres estava presente na mídia, a sociedade estava organizada e que o tema era pauta da agenda política. Os primeiros resultados obtidos na Comissão Parlamentar diziam que era necessário expandir a questão em todas as formas de exploração (homens e mulheres), proteger as vítimas e combater as redes organizadas (repressão). Menciona que em 95 foi promulgada uma lei que lida com a parte repressiva para combater essa prática. Houve concessão de documentos para que a vítima pudesse permanecer no país. Percebe-se que o status de proteção à vítima está conectado a condições rígidas: a vítima não deve ter contato com os suspeitos, receber assistência somente em um dos centros especializados (Payoke In Antwerp, Pag-Asa In Brussels ou Surya In Liege) e colaborar com as investigações. Se não houver possibilidade de continuar com a investigação, as vítimas são encaminhadas para seu país de origem, caso permaneçam estarão de forma ilegal.

Transcrição da tradução simultânea

A ONG Pag-Asa tem mais de 15 anos de experiência na prestação de atendimento a vítimas, e uma das prioridades é fornecer toda e qualquer informação para as vítimas. Existe uma equipe multidisciplinar formada por assistentes psico-sociais e jurídicos. Tem um abrigo com endereço classificado e confidencial, onde as vítimas que correm perigo ficam nele, ou se não se sentirem confortáveis são levadas para outra cidade. Algumas vítimas não chegam a ir ao abrigo, quando os criminosos já estão presos. É difícil a convivência nos abrigos, pelas diferenças entre as pessoas, por isso, não obrigamos que permaneçam nos abrigos. Fazemos uma cooperação com as forças policiais, para que possamos manter as vítimas informadas sobre o andamento da investigação. Os centros funcionam 24h. De maneira geral, as vítimas são encaminhadas primeiramente ao departamento jurídico, para avaliar se a situação da pessoa se enquadra ao caso de tráfico de seres humanos. Se for considerado, tentaremos verificar o que a pessoa precisa, mas as pessoas não são obrigadas a aceitar as condições. Elas têm 45 dias para refletir para saber se vão prosseguir com a ação e requerer a assistência. Caso não o queiram, podemos oferecer o retorno para seu país de origem. Não buscamos as vítimas nas ruas, nós cuidamos das vítimas com atividades restritas. Para obter informações das vítimas é disponibilizado um tradutor, a reunião é confidencial, e apenas com seu consentimento podemos dar início a ação e contactar as autoridades, e se tiver interessado em receber a assistência, fazemos a avaliação para saber se as vítimas necessitam de acomodação. Uma das soluções também é alocar as vítimas em residências sigilosas. Na assistência psico-social é trabalhado a

questão de trauma, de insegurança, e procura descobrir uma forma de fazer a integração da vítima com a sociedade da Bélgica. As pessoas decidem se querem ficar na residência com outras pessoas, às vezes, fazemos reuniões de grupo para que eles se conheçam, decidam o que cada um fará dentro da casa, resumindo, são definidas questões práticas do dia a dia. A assistência jurídica tenta preparar a vítima para entrevista e depoimentos com a polícia, e o acompanhamento é constante. Na Bélgica tudo é bem organizado. Procuramos encontrar policiais especializados no tema na própria região onde o crime ocorreu, assim não precisamos orientar como os profissionais devem abordar as vítimas. Não é nosso papel fornecer informação do que eles devem fazer, apenas damos suporte. A vítima terá um advogado e poderá acompanhar todas as informações do processo, podendo ser representada na ação, sem necessidade de aparecer no tribunal, para não precisar passar por tudo novamente, relatando seu caso. Há alguns números, não muitos, e infelizmente são apenas da minha organização (Pag-Asa), mas os números das outras organizações são parecidos: 10 casos de exploração sexual, 25 exploração do trabalho, 7 contrabando, 2 crimes cometidos, 1 outro. A maior parte das vítimas vem de Marrocos, Romênia, Índia e Bulgária. Em 2007 tivemos um número muito alto de brasileiros encaminhados para nossa organização, 18 ao todo. Uma questão muito séria de brasileiros na construção civil (4). Estamos fazendo trabalhos de conscientização, e através desses trabalhos, tivemos uma queda de vítimas brasileiras. Maiores informações www.pag-asa.be.

Agradece a equipe de tradução e encerra sua participação.

Clívia Rubia Ribeiro Caracciolo

Fez sua apresentação focada na política compensatória para vítimas de tráfico de pessoas, baseada na experiência holandesa. Iniciou sua fala com um breve histórico sobre a criação da Casa Brasil Holanda. Relatou as ações do Projeto JOANA² voltado para os casos de tráfico de pessoas, trabalho forçado e violência doméstica, e apresentou algumas campanhas de informação e prevenção ao tráfico de pessoas:



Não volte aos pedaços para o Brasil



Brasileira não é souvenir exótico

² O nome do projeto JOANA vem em homenagem a uma vítima brasileira que morreu queimada em um clube junto com outras prostitutas trancadas pelo proprietário do estabelecimento.

Apresentou dados de vítimas de tráfico de pessoas na Holanda, “*geralmente as vítimas nacionais são recrutadas para trabalhar na agricultura, colheita de frutas, flores e vegetais e outros setores, principalmente prostituição e através do método LOVERBOYS (exploração de jovens menores de idade)*” destaca Clívia.

Registrou que poderia ter uma iniciativa do estado para informar as formas de compensação para as vítimas de tráfico de pessoas na Holanda, pois muitas vítimas não sabem que têm direito a um seguro de vida ou saúde; pagamento para a vítima através de confisco de bens do autor do crime após processo judicial; pagamento de 300 a 500 euros via OIM, entre outros.

Concluiu sua apresentação com a percepção de que as vítimas brasileiras não denunciam e muitas vezes não procuram ajuda das autoridades para não se expor e por ter vergonha da situação em que se encontram.

Bedankt (Obrigada)

DEBATE

Registro dos assuntos mais relevantes

Nelma (NETP/GO) questiona para o representante do MTE, Renato Bignami, sobre qual a dificuldade dos agentes de fiscalização de inserir no ato do registro do caso investigado, a informação de tráfico de pessoas além da exploração do trabalho escravo.

RENATO menciona que, desde 2004, toda vez que um auditor fiscal do trabalho constata uma situação de trabalho escravo, é lançada informação em um registro específico com todo o fluxo de informações averiguadas, não saberia dizer se a polícia federal que acompanha as ações tem algum registro parecido com esse.

Daniela (Defensora Pública/SP) pede para a representante de Portugal, Isabel Burke, esclarecer se os cases relatados são tidos como de tráfico de pessoas, uma vez que as pessoas foram convidadas para trabalhar fora do Brasil já sabendo que iriam trabalhar na prostituição.

ISABEL diz que alguns casos não são vistos como de prostituição. A verdade é que a prostituição é feita de forma voluntária, a mulher brasileira vai para Portugal sabendo que vai trabalhar com o sexo. E mesmo não sendo vítimas do tráfico, elas podem procurar ajuda, pois existem muitos casos de exploração do trabalho.

Ana Joana (Mobilização Mundial) gostaria de saber o que as ONG's brasileiras poderiam receber como suporte para desenvolver os trabalhos de prevenção no Brasil, na esfera das escolas, e se seria possível fornecer materiais para as ong's trabalharem na nação brasileira. (para Clívia)

CLÍVIA recomenda a formação de parceria, e quanto a material, informa que a ONG Casa Brasil Holanda pode fornecê-lo, mas que este é específico para a realidade da Holanda. As autoridades brasileiras precisam mapear as organizações dispostas a fazerem o trabalho de prevenção e repassar o material gráfico produzido aqui.

Painel 5: Atendimento e retorno seguro de vítimas de tráfico de pessoas

O último painel foi coordenado pelo Assessor Internacional da Secretaria de Direitos Humanos, George Lima, e contou com a participação do Conselheiro Aloysio Gomide (Chefe da Divisão de Assistência Consular), Ana Teresa Iamarino (Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Combate à Violência da Secretaria de Política para as Mulheres), Fernanda Alves dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça) e Mônica Pereira (representante da ONG Abraço - Bruxelas, Bélgica).

Aloysio Gomide

Explanou sobre a Política de Assistência Consular e de atendimento de brasileiros no exterior, com ressalva que devido a mobilidade e caráter de alguns, é difícil ter dados confiáveis quanto ao número de brasileiros no exterior. A maior comunidade dos brasileiros que vive no exterior se encontra nos Estados Unidos, seguido pela Europa e América do Sul. Na Ásia é expressivo o número de residentes no Japão.

“O único país que temos o número preciso de brasileiros residentes-trabalhando é o Japão, pelo fato de existir um visto especial”. (Aloysio Gomide).

Em termos de demandas houve 3 conferências de brasileiros no mundo, nos quais os representantes das comunidades de brasileiros no exterior buscam informações na área de saúde, trabalho, educação, direitos humanos, previdência, e tantas outras. As ações são realizadas em parcerias com os órgãos competentes por cada demanda trabalhada.

O Itamaraty, no contexto da política nacional, com o Ministério da Justiça e todos os órgãos parceiros no exterior vêm realizando ações em regiões onde existe um maior número de

registro de casos sobre tráfico de pessoas, procurando capacitar os agentes consulares, para saberem como reagir durante um atendimento à vítima, e visando envolver todos os atores (governo e sociedade civil) com intuito de criar redes e associações para prestarem serviços essenciais para combater esse fenômeno.

Ana Teresa Iamarino

Destacou que a política de atendimento às mulheres vítimas de violência é formulada com as próprias mulheres, através de espaços participativos (já foram realizadas 3 conferências nacionais), embasando as ações que devem ser desenvolvidas dentro das 3 esferas. Enfatiza sobre o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado pelo Presidente da República em agosto de 2007, e que compõe a agenda social do Governo Federal. Esse pacto consiste em acordo federativo com os governos dos estados e municípios brasileiros para a formulação de ações que almejem a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no sentido de garantir a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, bem como a assistência e o acesso aos direitos da população feminina brasileira.

As ações do pacto são norteadas pela:

- 1) Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha.
- 2) Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência.
- 3) Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça.
- 4) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.
- 5) Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos

Conclui sua apresentação esboçando sobre algumas estratégias desenvolvidas e pactuadas com as mulheres para combater qualquer tipo de violência, tais como as Casas-Abrigo, Núcleo da Mulher e a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

Fernanda Alves dos Anjos

Apresentou o mapeamento dos estados compostos por estruturas especiais de atendimento e apoio, relatando as experiências da Rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Enfatizou a articulação para instalação de novos núcleos (recentes RS, PR, MG, DF, AL e AP).



Estruturas Especiais de Atendimento e Apoio

Citou as competências dos Núcleos e Postos constantes na Portaria nº 31, de 2009 da SNJ/MJ, e fez um breve relato dos quatro encontros técnicos dos núcleos e postos, destacando seus objetivos (descritos na apresentação gravada no cd).

Segundo Fernanda, em 2012, a rede definiu a necessidade de se articular com os municípios, alimentar memórias institucionais, capacitar as equipes permanentemente, e em especial, buscar parcerias com Universidades para realização de pesquisas temáticas sobre tráfico de pessoas.

Por último, menciona a missão de aproximação e contato, que será iniciada dia 18 de junho, na qual a rede visitará os países membros da União Européia (Portugal, Espanha e Itália), para conhecer novas práticas e estar permanentemente próxima da rede consular, fortalecendo as estratégias de comunicação e acolhimento de assistência de atendimento as vítimas de tráfico de pessoas.

Mônica Pereira

Elencou a experiência de acolhimento a vítimas de tráfico na Bélgica, através das atividades da ONG Abraço, que têm como objetivo principal informar e orientar os migrantes brasileiros e estrangeiros de língua portuguesa, em situação irregular ou precária, na Bélgica sobre os seus direitos humanos fundamentais. Ressaltou algumas atividades desenvolvidas, tais como: atendimento telefônico, eletrônico (e-mail) e presencial na sede da associação; aulas

em francês; organização de retorno voluntário; palestras informativas; promoção de ações de sensibilização e formulação de reivindicações em favor dos migrantes brasileiros.

Mencionou que os serviços não são limitados somente a brasileiros, apesar de tudo, a maioria do público que procura a Abraço são brasileiros, mais especificamente mulheres.

Por ano são mais de 1500 casos tratados. *“Hoje residem na Bélgica cerca de 10 mil brasileiros em situação regular, e cerca de 40 mil em situação irregular, a grande maioria são do Estado de Goiás”*, conclui.

As principais dificuldades da ONG estão vinculadas na constituição de um dossiê consistente para conseguir o estatuto de vítima; na identificação enquanto “autor” e “vítima”; medo das conseqüências da denúncia para a vítima, a família, amigos ou colegas que continuam submetidos ao autor do tráfico; falta de acompanhamento à longo prazo no Brasil quando ocorre um retorno voluntário da vítima; proteção precária para aqueles que são reconhecidos vítima e assistência consular.

DEBATE

Registro dos assuntos mais relevantes

Clívia (ONG Casa Brasil Holanda) pergunta para a Fernanda dos Anjos se as vítimas já podem contar com o atendimento realizado pelos Núcleos e Postos quanto a possibilidade de ajudar no repatriamento?

FERNANDA diz que no âmbito da coordenação tripartite, não se pode fazer apoio simplesmente emitindo passagens, mas já está sendo desenhada uma Normativa para que o apoio seja um mecanismo institucionalizado na agenda do Governo brasileiro, com fonte de financiamento definida e sistemática montada.

E para Aloysio Gomide, pergunta porque existe dificuldade tão grande, em termos financeiros, para os consulados ajudarem os cidadãos no exterior?

Os consulados não gerenciam recursos próprios. O orçamento do consulado é gerenciado pelo Itamaraty. De qualquer forma, nunca deixamos de assistir alguém por falta de orçamento. O Itamaraty financia passagens até a cidade de residência, mas deve ser comprovada pela família sua condição financeira.

Representante do Conselho Federal da OAB no CONANDA (Sociedade civil) pergunta como está sendo priorizada a situação das crianças e adolescentes que são vítimas do tráfico, nos casos em que as mães são deportadas e perdem a guarda de seus filhos?

MÔNICA disse que existem apoio jurídico e esclarecimentos sobre essa questão, mas não podem forçar ninguém a entrar no sistema.

FERNANDA informa que em relação aos mecanismos de proteção, que estão na pauta da SDH, mas não só os federais podem ser acionados, como no âmbito dos estados que já contam com atendimento especializado.

GEORGE: “No caso da rota Brasil-Europa existe uma dificuldade de fazer o controle, porque a saída ocorre por barco ou avião e, nos aeroportos a Polícia Federal vem tendo o cuidado com a saída de crianças do território brasileiro. Mas quando o pai ou a mãe apresenta um passaporte de um criança com dupla nacionalidade, a PF não pode barrar a saída e acabam levando a criança. Esse é o aspecto que temos o maior número de registros, e isso não se caracteriza tráfico, uma vez que os pais detêm a guarda da criança”.

Não identificado

Sobre o Guia de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas que está sendo produzido, se ainda é possível colaborar (para Fernanda)? E para a Mônica, pergunta se o sindicato de trabalhadores não pode atuar para ajudar a Abraço nesses problemas, se é que existe esse sindicato.

FERNANDA esclarece que esse guia é de referencia rápida (tudo que você quer saber sobre tráfico), e não de atendimento. Sobre o tema específico de atendimento já temos uma política desenhada sobre o rol de preparação de agentes para atendimento a vítimas de tráfico de pessoas.

MÔNICA menciona que existem sim sindicatos, e que as ações da ONG são realizadas em parceria com eles.

Mesa de Encerramento

A composição da mesa de encerramento contou com a participação do Secretário Nacional de Justiça, **Paulo Abrão**, que avaliou o evento como produtivo e registrou que as participações dos convidados enriqueceram as discussões, ressaltando que os pontos em comum entre os países se sobressaíram das diferenças; e do Chefe de Cooperação da Delegação da União Européia no Brasil, **Jérôme Poussielle**, que explicou que os temas de interesse comum com prioridades compartilhadas foram identificados em um seminário realizado em Bruxelas em fevereiro de 2012, e que o tráfico de pessoas é um problema global que exige soluções transnacionais e inovadoras, e que o papel desse seminário foi de proporcionar diálogos e troca de experiência e intercâmbio de boas práticas, sendo

importante para definir e esclarecer pistas de trabalho que possam ser importantes para elaboração de políticas públicas.

O encerramento contou também com a participação dos coordenadores dos 05 (cinco) painéis apresentados durante os dois dias de evento.

Síntese dos painéis pelos Coordenadores

Painel 1: As Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Coordenação: Rodrigo Vitória, Representante do UNODC no Brasil

O primeiro painel mostrou a evolução da política no Brasil, com a implantação do I e II PNETP, o qual o segundo foi muito mais abrangente, contando com a participação dos 18 ministérios, e que poderá servir de base para atuação de vários países europeus, para definir novos tipos de abordagens. Por outro lado, a União Européia mostrou que está mais a frente do Brasil, em termos de cooperação jurídica internacional, a exemplo do *Eurojust*. E essa forma de atuação em rede pode servir para o Brasil tentar melhorar ainda mais a sua parte de cooperação judiciária.

Painel 2: Sistema de Coleta de Dados Criminais em tráfico de pessoas

Coordenação: Natalie Jellinek, Setor Político, representante da Delegação da União Européia no Brasil

Contou com a apresentação de dois modelos da União Européia, o do ICMPD e do Observatório do Tráfico de Seres Humanos de Portugal, além de uma visão global sobre a coleta de dados no lado brasileiro. A Dra. Nilce comentou que não se combate o que não se conhece, e isso é uma lição do painel. A coleta de dados ainda é um desafio; é difícil, os dados são poucos, é um desafio generalizado tanto para as experiências européias quanto para a experiência brasileira. Existem riscos com as interpretações, e dados que são considerados subjetivos. O segundo ponto é a falta de coordenação entre os órgãos responsáveis, seja a nível nacional ou internacional, uma vez que precisam ser realmente pensados em mecanismos de cooperação e de como integrar e padronizar esses sistemas de coleta de dados.

Painel 3: Inteligência Policial

Coordenação: André Fagundes Mendes, Coordenador de Inteligência - Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Ministério da Justiça

Um dos principais pontos levantados foi a de Cooperação Policial, a fim de que as policias adotem as mesmas práticas. Outro ponto bastante abordado foi a falta de dados e

compartilhamento, uma vez que existe a necessidade de se fazer boas práticas para se ter um melhor nivelamento das informações.

Painel 4: Políticas Compensatórias para vítimas de tráfico de pessoas

Coordenação: Luiz Machado, Representante da OIT no Brasil

A Europa e o Brasil possuem cenários e realidades diferentes. O representante do MTE, **Renato Bignami**, falou um pouco da política compensatória para os trabalhadores resgatados da situação análoga do escravo, frisou o marco jurídico, no qual os trabalhadores resgatados têm o contrato regularizado, a fim de receberem todos os direitos trabalhistas; além disso, recebem obrigatoriamente três meses de seguro desemprego para evitar reincidência, além de terem prioridade no programa bolsa família, e vêm contando também com alguns programas de reabilitação/ qualificação. **Isabel Burke**, da Embaixada de Portugal, falou da questão da globalização e da redução do espaço e tempo para a questão de locomoção internacional, facilitando o fluxo do tráfico de pessoas; mencionou a cooperação Brasil-Portugal e questionou as estimativas globais da OIT de vítimas de trabalho forçado que envolvem o tráfico, por enxergar que são menores, uma vez que a pessoa vítima de trabalho escravo nem sempre é vista como traficada; trouxe algumas convenções e, por último, falou da questão da legislação de Portugal, na qual a prostituição não é criminalizada, mas a exploração sim. As apresentações dos representantes da Bélgica, **Johan e Ilse**, trouxeram o modelo da política compensatório de assistência as vítimas de tráfico de pessoas, pelo qual é possível conceder vistos temporários ou de trabalhos para as vítimas de tráfico de pessoas e trabalho forçado; é um trabalho multidisciplinar, que envolve o governo e os centros de assistência e têm foco em três pilares: jurídica, migratória e psico-social. Já a **Clívia Rubia**, da ONG Casa Brasil Holanda, informou que expandiu as atividades devido às demandas de atendimento às vítimas de tráfico, principalmente de exploração sexual; apresentou o projeto JOANA com foco no tráfico e violência doméstica e relatou que há treinamentos constantes das autoridades sobre a temática. A conclusão geral é que as vítimas denunciam pouco, deve-se tentar promover o aumento de denúncias, dando maiores condições para as vítimas denunciarem os casos.

Painel 5: Atendimento e retorno seguro de vítimas de tráfico de pessoas

Coordenação: George Lima, Assessor Internacional da SDH

Teve a participação de quatro expositores, o primeiro, Conselheiro **Aloysio Gomide**, fez uma apresentação sobre o trabalho do Ministério das Relações Exteriores no campo da assistência consular, mostrando a extensão da rede de postos consulares, o papel do conselho de representantes de brasileiros no exterior e, também, apresentou a posição do

MRE em relação a estruturação de uma política que atenda os anseios da comunidade que vive no exterior; em seguida **Ana Teresa** explicou as políticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres para a proteção das mulheres quanto toda a forma de violência, falou sobre os equipamentos públicos que a SPM fomenta em parceria diretamente com estados e municípios e teceu comentários quanto o atendimento das mulheres que regressam dos países de destino do tráfico de pessoas; a **Dra. Fernanda dos Anjos** falou sobre a importante atuação dos núcleos e postos de enfrentamento ao tráfico de pessoas como uma das principais políticas do Ministério da Justiça, em especial da Secretaria Nacional de Justiça no enfrentamento ao tráfico de pessoas, e ressaltou da importância do envolvimento dos estados e municípios nesse enfrentamento; por fim, a apresentação de **Mônica Pereira**, presidente da ONG Abraço que atua na Bélgica com a comunidade brasileira e pessoas da língua portuguesa, trouxe o retrato da realidade de quem atua na ponta e ressaltou a vertente do trabalho forçado antes discutido com foco na exploração sexual.

Paulo Abrão encerra o evento agradecendo em nome do Governo brasileiro a parceria com a União Europeia e reitera as possibilidades de cooperação que foram abertas e se coloca à disposição para aprimorar o tema. Por fim, revela que o evento foi o primeiro organizado pela nova Coordenadora do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Mariana Carvalho.

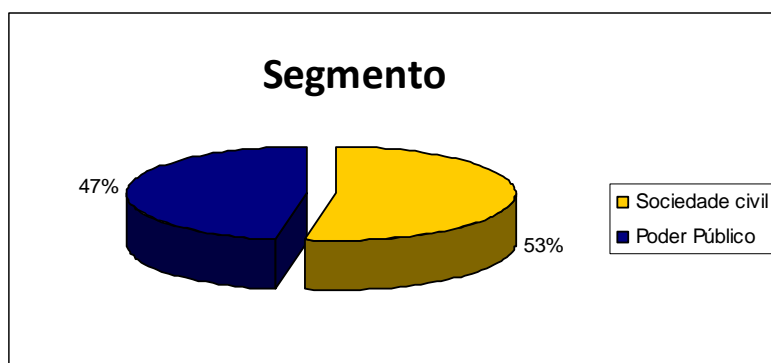
3.10. Avaliação (Sistematização)

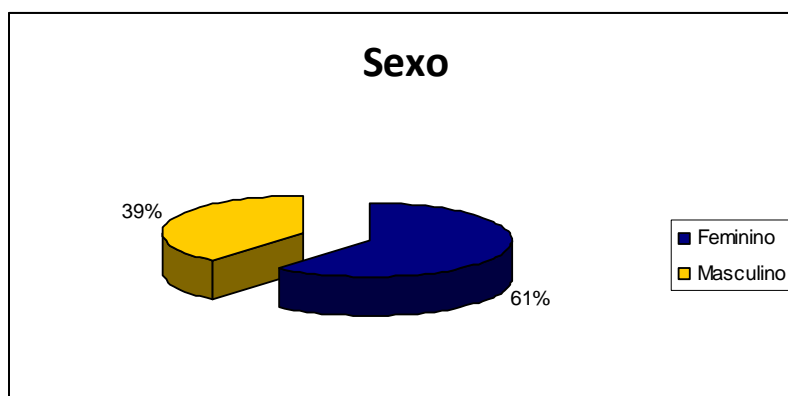
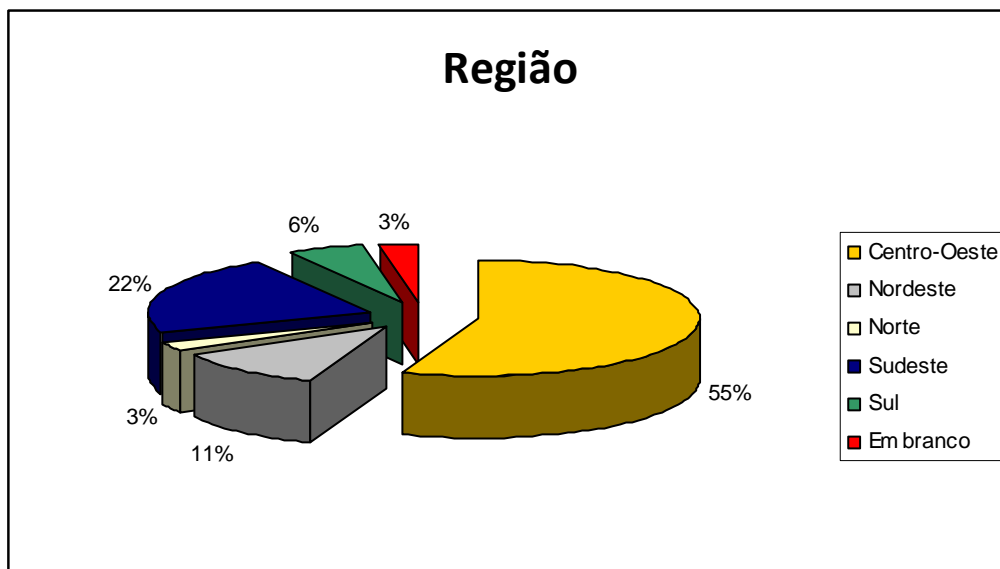
O formulário foi aplicado no início da tarde do segundo dia, e as informações foram tabuladas e sistematizadas por meio de planilha Excel.

A seguir são apresentados os 08 itens presentes no formulário de avaliação, cujo modelo encontra-se disponível no anexo.

1. PERFIL (opcional)

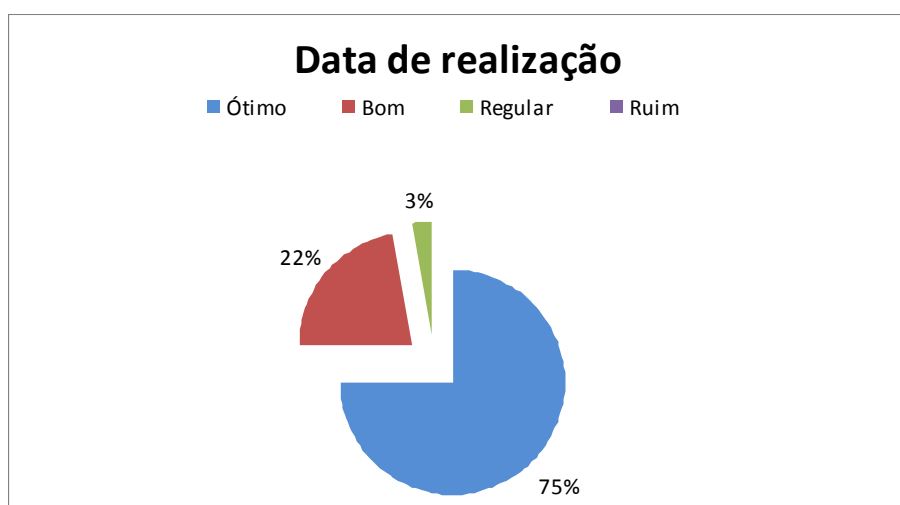
Houve um equilíbrio da participação dos segmentos envolvidos; o público presente era predominantemente da região Centro-Oeste, sendo 61% do sexo feminino.





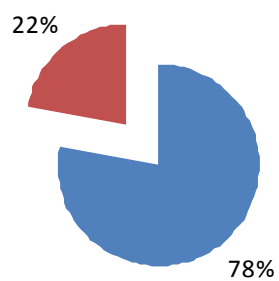
2. EVENTO

O local e a data de realização do evento foram dois pontos que tiveram uma boa aceitação por parte dos participantes.



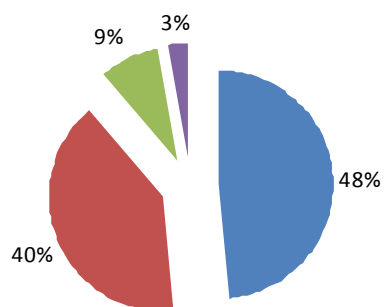
Local da realização do evento

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



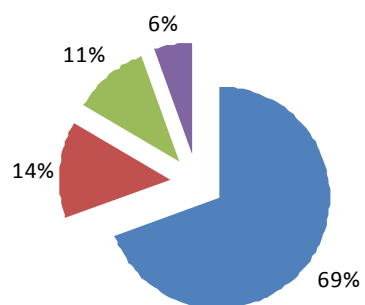
Carga horária

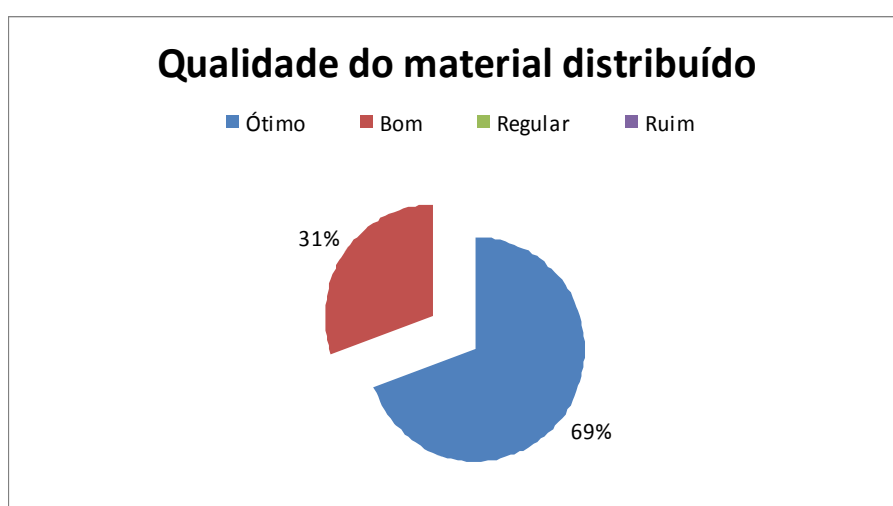
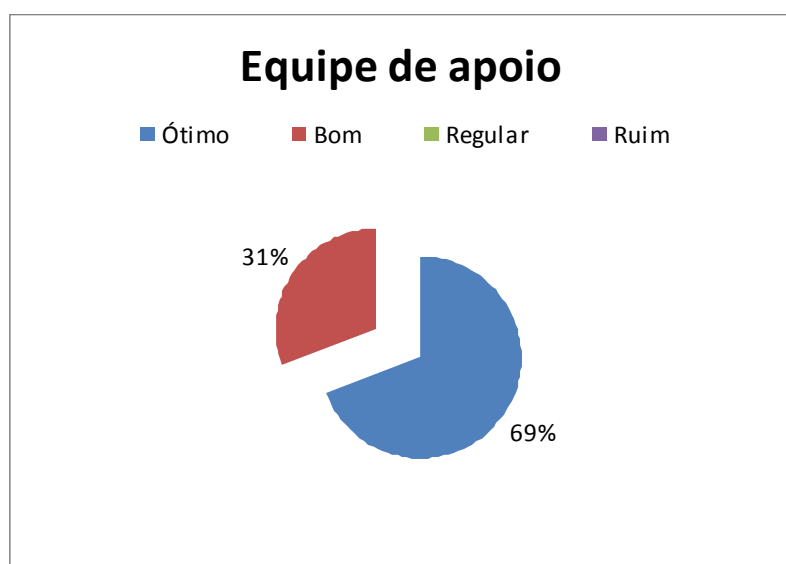
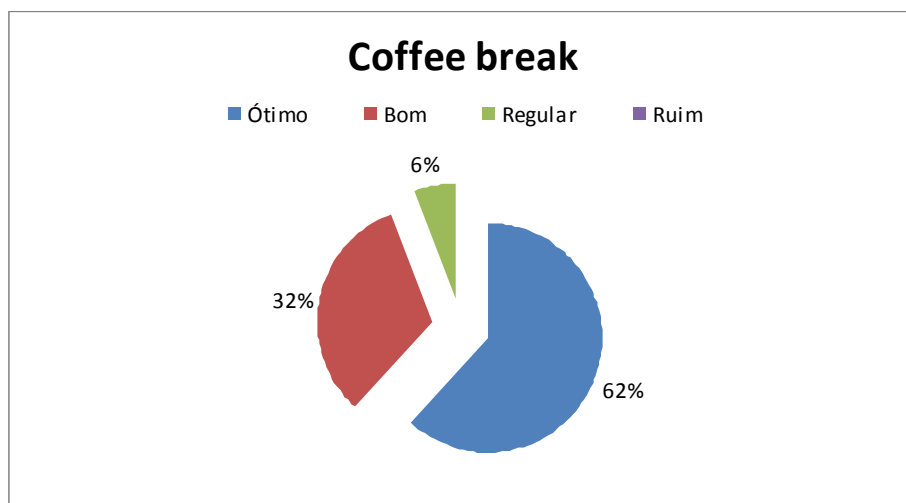
■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



Equipamentos (som, datashow, etc)

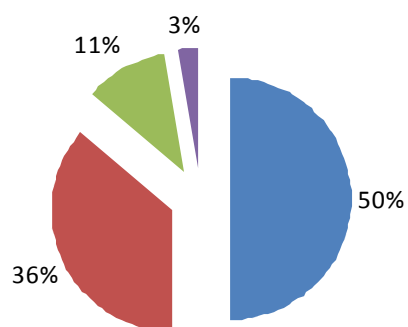
■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim





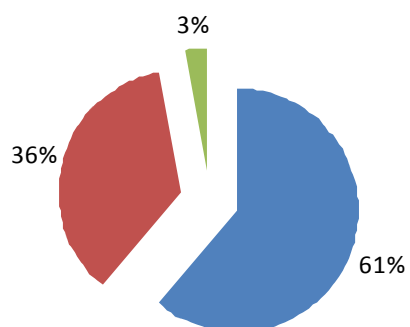
Programação e temas abordados

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



Atuação da coordenação do evento

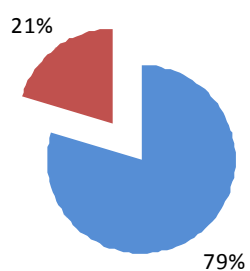
■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



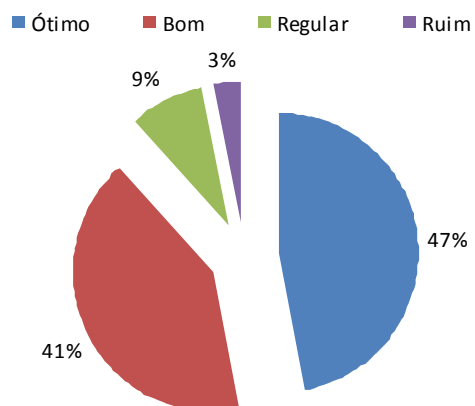
3. PAINEL 1: As Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Relevância do tema

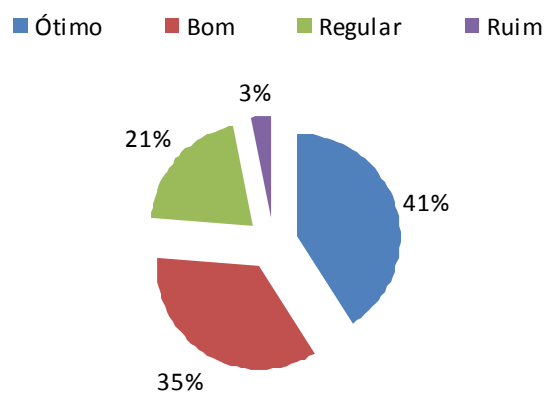
■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



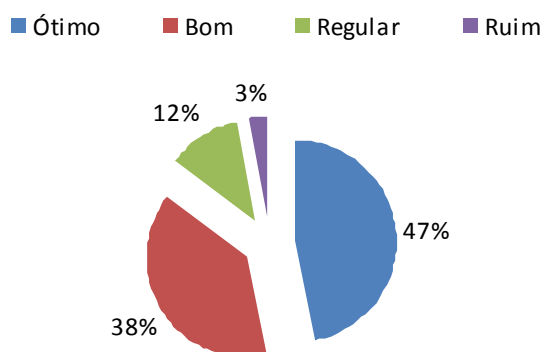
Palestrantes com conhecimento e domínio do assunto



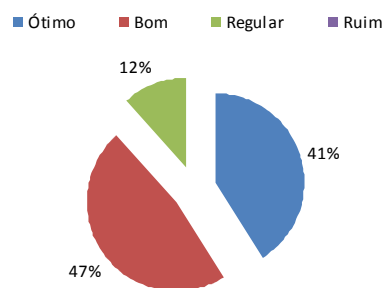
Abrangência do conteúdo



Metodologia / didática

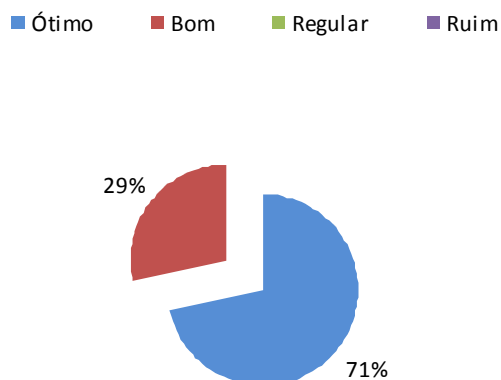


Habilidade de comunicação e de estimular a atenção do público

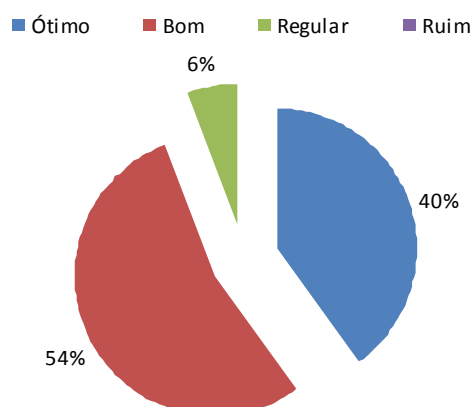


4. PAINEL 2: Sistema de Coleta de Dados Criminais em tráfico de pessoas

Relevância do tema

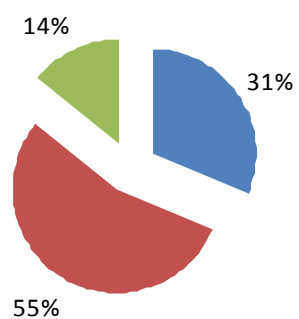


Palestrantes com conhecimento e domínio do assunto



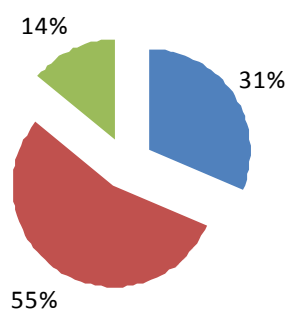
Abrangência do conteúdo

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



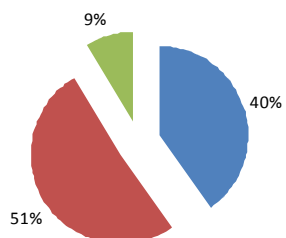
Metodologia / didática

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim

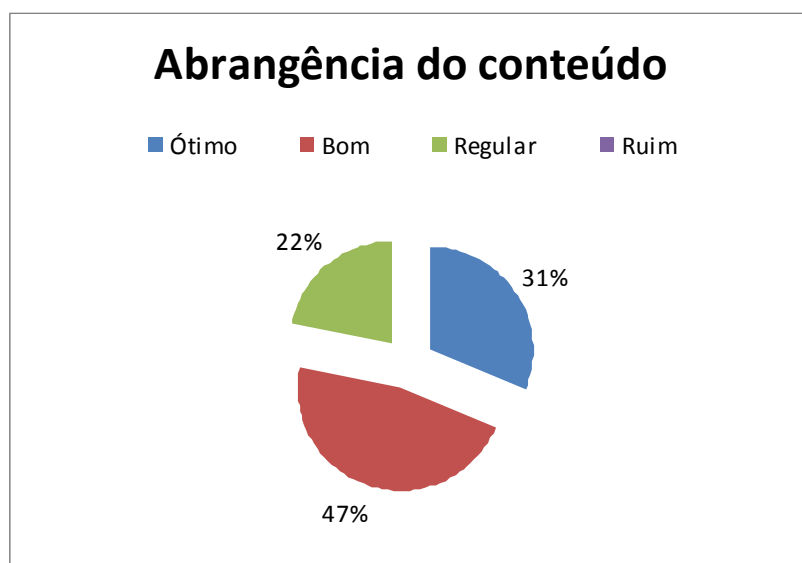
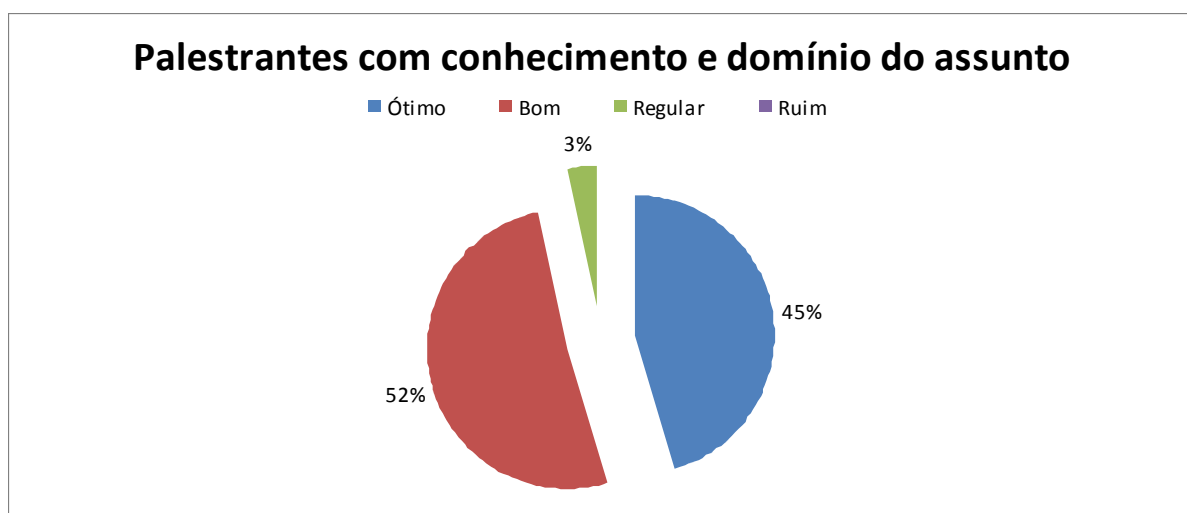
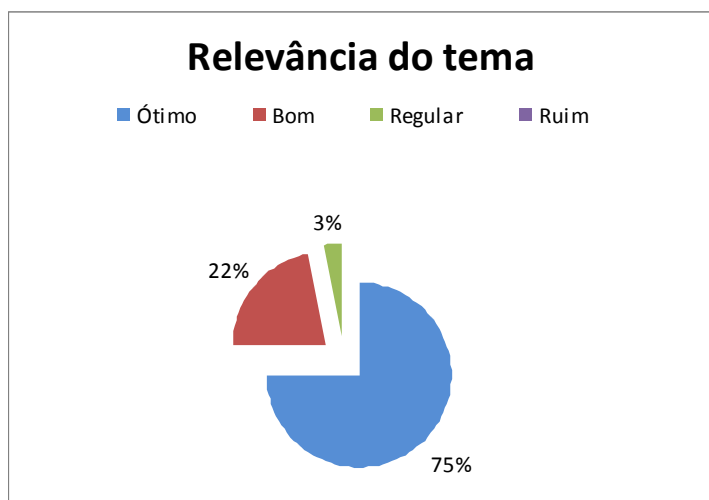


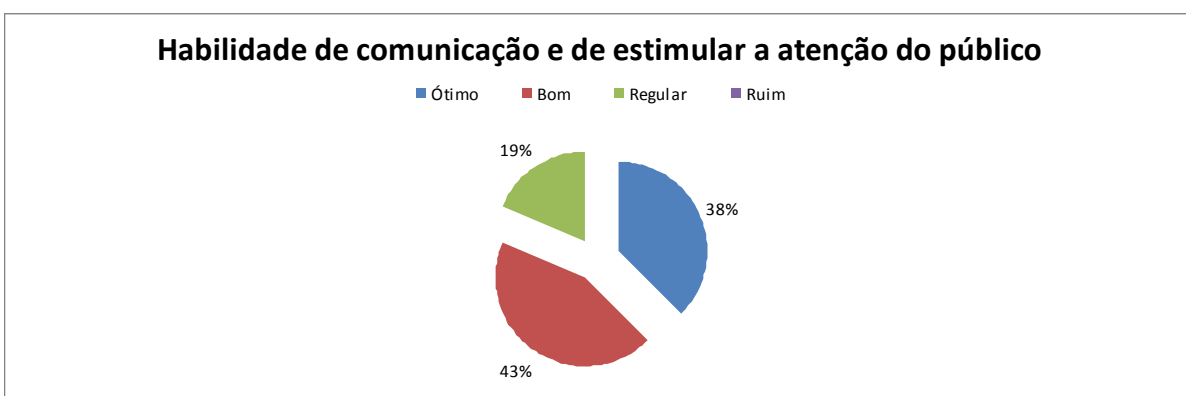
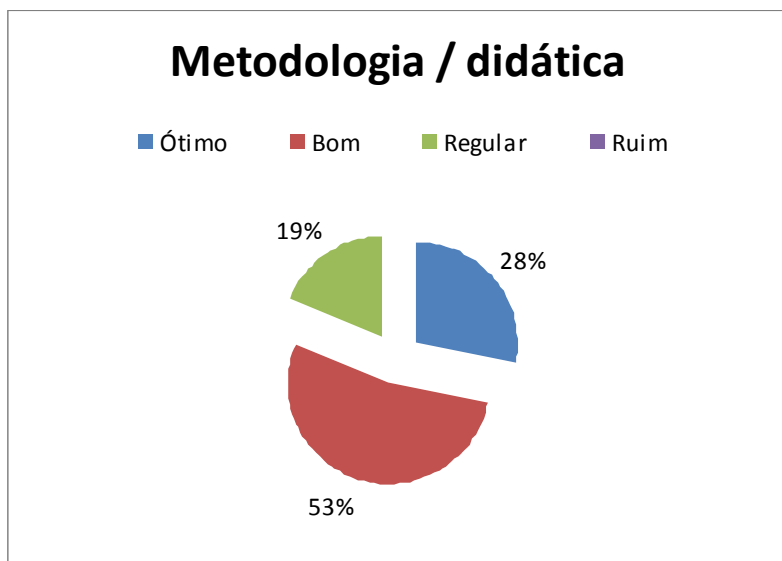
Habilidade de comunicação e de estimular a atenção do público

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim

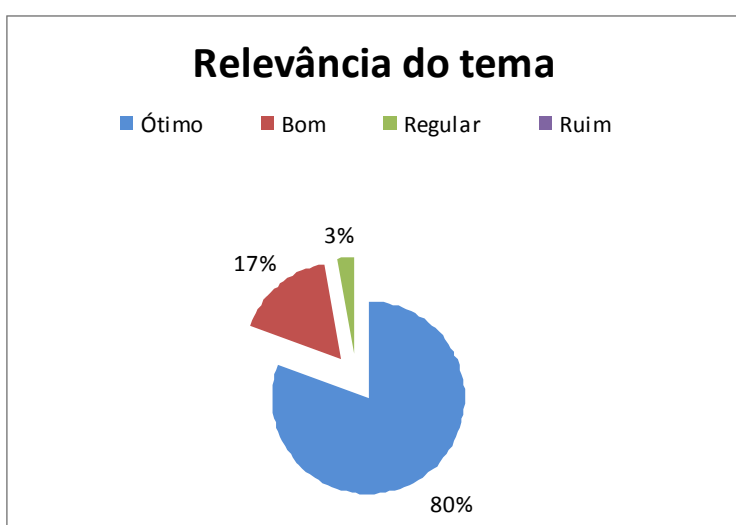


5. PAINEL 3: Inteligência Policial

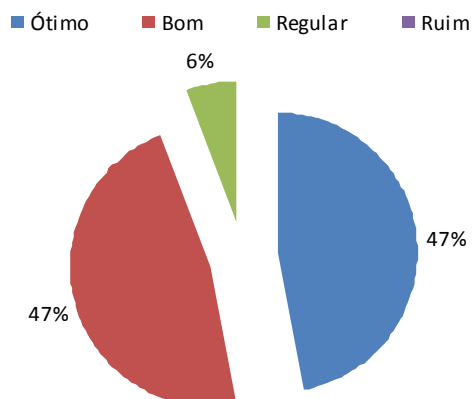




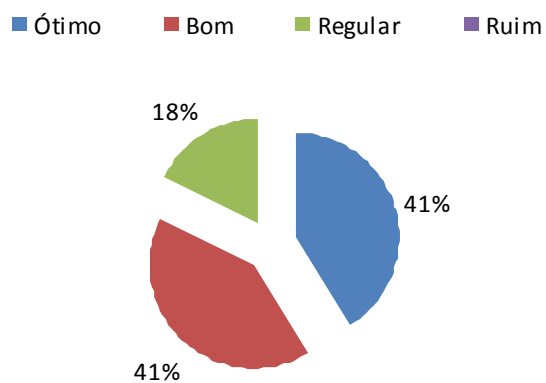
6. PAINEL 4: Políticas Compensatórias para vítimas de tráfico de pessoas



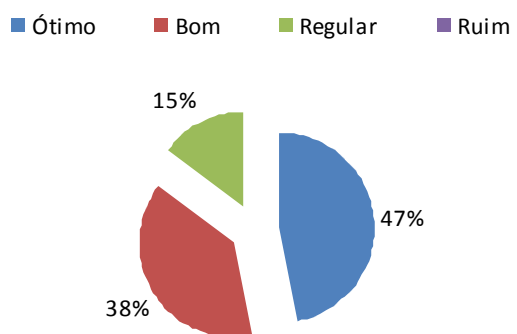
Palestrantes com conhecimento e domínio do assunto



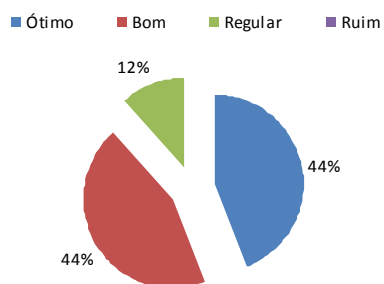
Abrangência do conteúdo



Metodologia / didática

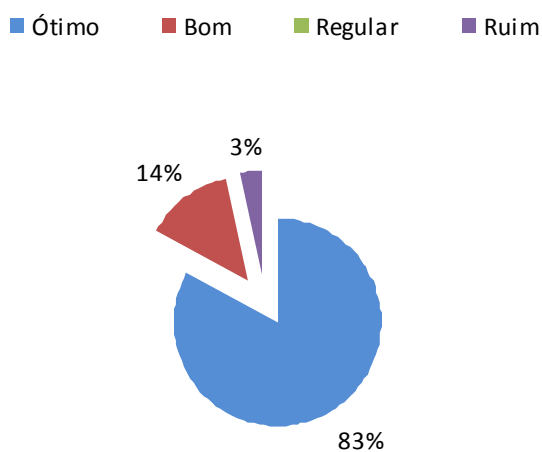


Habilidade de comunicação e de estimular a atenção do público

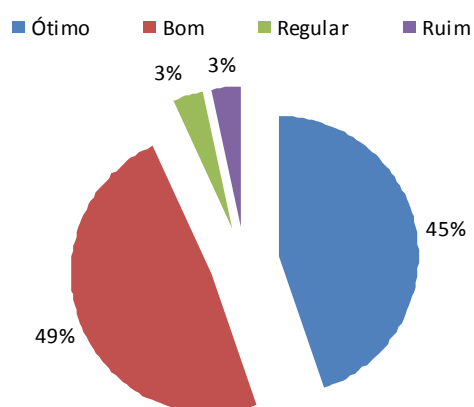


7. PAINEL 5: Atendimento e retorno seguro de vítimas de tráfico de pessoas

Relevância do tema

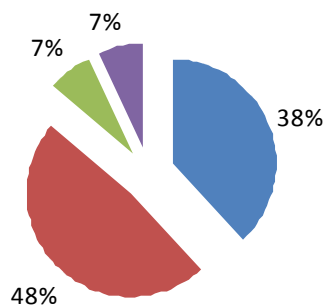


Palestrantes com conhecimento e domínio do assunto



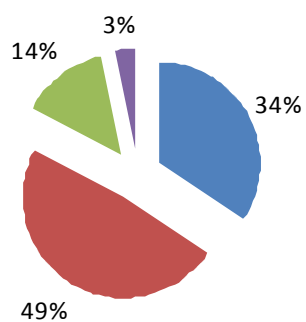
Abrangência do conteúdo

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



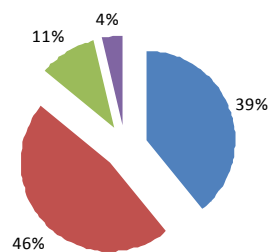
Metodologia / didática

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



Habilidade de comunicação e de estimular a atenção do público

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



8. CONSIDERAÇÕES

Sistematização dos comentários

Excelente exposição das palestrantes Joana Daniel, Isabel Burke e Carla Deveille

Palestra da Dra. Nilce Cunha fora do tema e sem nenhum conteúdo

Garantia maior de tempo para debates e exposição dos temas

A “Pontualidade” foi bem avaliada

A avaliação deveria ser pontual para cada palestrante

Reconhecimento do trabalho da equipe organizadora do evento

Falta de conhecimento por parte de alguns palestrantes

Ausência de pesquisadores brasileiros para debater o tema

Faltou abordar o tráfico de pessoas no âmbito do tráfico de órgãos

Dar ênfase na repressão policial nos próximos eventos

Disponibilizar material das apresentações (site, pendrive)

Reclamações quanto alguns pontos do espaço físico, como a impossibilidade de entrar com líquidos e ar-condicionado sem regularizador de temperatura

Falta de banco de dados

Buscar disponibilizar transfer no próximo evento

Reservar nos próximos eventos materiais voltados ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de tráfico para exploração sexual

Procurar abordar o tema de tráfico de crianças para fins de adoção irregular

Que nos próximos eventos sejam formulados convites oficiais para os participantes desse evento

3.11. Aspectos Positivos e Negativos

É importante destacar em linhas gerais os aspectos positivos e negativos que tive do seminário.

ASPECTOS POSITIVOS

- ❖ Boa presença de veículos de imprensa
- ❖ Cerimonial do Gabinete do Ministro, dando mais formalidade ao evento
- ❖ Kit do participante entregue no ato do credenciamento
- ❖ Vídeo-conferência direto de Viena
- ❖ Apresentação do sistema de informação adotado no Observatório de Portugal

ASPECTOS NEGATIVOS

- ❖ Duplicidade da lista de presença
- ❖ Quantidade de crachás insuficiente
- ❖ Um dos vídeos programados não foi exibido por falta de teste antecipado do áudio
- ❖ Capacidade de inscritos maior que o número de acentos disponíveis no auditório
- ❖ Ausência da Coordenadora do ETP na mesa de abertura e/ou encerramento

4. Considerações Finais

Este Produto apresentou um relatório de sistematização, com percepção avaliativa dos participantes e registro de imagens, do Seminário Internacional Diálogos Setoriais Brasil - União Européia sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas.

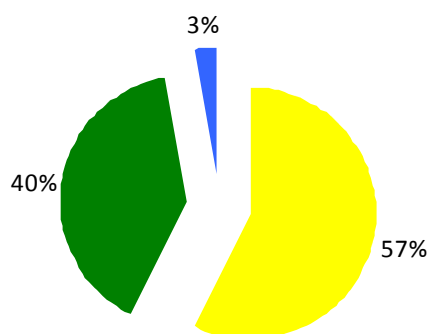
Por meio da realização do seminário foi possível aprofundar o diálogo sobre o tráfico de pessoas, e construir estratégias conjuntas para o seu enfrentamento.

Aliado a isso, sensibilizou e mobilizou os atores envolvidos com a temática nos órgãos do governo federal no Brasil e representações no exterior, atuando na defesa dos direitos humanos, com abordagem centrada na vítima, na repressão e na prevenção ao tráfico de pessoas. Além disso, atualizou o conhecimento sobre o perfil de brasileiros e brasileiras, em situação de vulnerabilidade na UE, resultando no aprimoramento das políticas de prevenção ao tráfico e assistência às vítimas.

Vale destacar que o evento fortaleceu a parceria Brasil-União Européia no âmbito da cooperação internacional para enfrentar o tráfico de pessoas.

Avaliação geral do evento

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



Em complementação a esse relatório, foi gravado um cd para compartilhamento de arquivos com caráter de consulta complementar para a equipe da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

5. Anexos



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

AVALIAÇÃO DO EVENTO

SEMINÁRIO DIÁLOGOS SETORIAIS BRASIL - UNIÃO EUROPÉIA SOBRE O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Brasília-DF, 31 de maio e 01 de junho de 2012
Auditório Tancredo Neves, Palácio da Justiça

O presente questionário tem por objetivo coletar suas impressões sobre vários aspectos relacionados ao evento. Sua opinião é fundamental para a mensuração dos resultados alcançados, o aperfeiçoamento dos próximos eventos e a avaliação do Projeto "Diálogos Setoriais".

1 Perfil (opcional)	
1.1	Segmento representado Sociedade civil () Poder Público () Embaixada ()
1.2	Órgão de origem
1.3	E-mail
1.4	Região Centro-Oeste () Nordeste () Norte () Sudeste () Sul ()
1.5	Sexo Feminino () Masculino ()

2 Evento	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
2.1				
2.2				
2.3				
2.4				
2.5				
2.6				
2.7				
2.8				
2.9				
2.10				

3 Painel 1: As Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
3.1				
3.2				
3.3				
3.4				
3.5				

4	Painel 2: Sistema de Coleta de Dados Criminais em tráfico de pessoas	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
4.1	Relevância do tema				
4.2	Abrangência do conteúdo ministrado				
4.3	Palestrante com conhecimento e domínio do assunto				
4.4	Metodologia / didática				
4.5	Habilidade de comunicação e de estimular a atenção do público				

5	Painel 3: Inteligência Policial	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
5.1	Relevância do tema				
5.2	Abrangência do conteúdo ministrado				
5.3	Palestrante com conhecimento e domínio do assunto				
5.4	Metodologia / didática				
5.5	Habilidade de comunicação e de estimular a atenção do público				

6	Painel 4: Políticas Compensatórias para vítimas de tráfico de pessoas	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
6.1	Relevância do tema				
6.2	Abrangência do conteúdo ministrado				
6.3	Palestrante com conhecimento e domínio do assunto				
6.4	Metodologia / didática				
6.5	Habilidade de comunicação e de estimular a atenção do público				

7	Painel 5: Atendimento e retorno seguro de vítimas de tráfico de pessoas	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
7.1	Relevância do tema				
7.2	Abrangência do conteúdo ministrado				
7.3	Palestrante com conhecimento e domínio do assunto				
7.4	Metodologia / didática				
7.5	Habilidade de comunicação e de estimular a atenção do público				

8	Considerações
8.1	Registre aqui seus comentários adicionais sobre o evento

Muito Obrigado!



Ministério do
**Planejamento,
Orçamento e
Gestão**

Secretaria
de
**Direitos
Humanos**

Secretaria
de
**Política
para as
Mulheres**

Ministério
da
Justiça



Europeus são vítimas de tráfico de pessoas no Brasil

A vontade de muitos jovens brasileiros de terem uma experiência profissional no exterior já resultou em muitos casos de vítimas de tráfico de pessoas

De acordo com o Ministério da Justiça, no entanto, com o crescimento econômico do Brasil e o aumento da fiscalização, é cada vez mais comum a identificação de cidadãos europeus vítimas desse crime no território brasileiro, iludidos por falsas oportunidades de trabalho.

"Durante muito tempo os brasileiros eram as maiores vítimas, quando iam aos países centrais. Agora, temos percebido que há ocorrência de tentativas de tráfico de pessoas a partir da América Latina e dos países centrais, que estão em crise. Neles, existem ocorrências de tentativas de tráfico de pessoas enviadas ao Brasil com o mesmo propósito", disse o secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão.

O combate a esse tipo de crime foi discutido no Seminário Internacional Brasil-União Europeia sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A constatação de problemas comuns, de acordo com Paulo Abrão, resultou na necessidade de se aproximarem com o objetivo de planejar ações e definir parâmetros para a troca de informações. "Vamos padronizar essa coleta de informações para que, em um

ano, tenhamos dados confiáveis para formular nossas políticas", adiantou.

Presente ao encontro, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ressaltou a necessidade de cooperação internacional para enfrentar o tráfico de pessoas. "Esse é um problema que preocupa muitos países do mundo, em especial a Comunidade Europeia. Portanto, o enfrentamento não passa apenas por medidas internas de nosso país. Sem uma relação internacional aprofundada e sem a conjugação de esforços, não será possível encontrarmos a solução", disse.



Embaixadora da UE no Brasil, Ana Paula Zacarias.



Secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão.

Isso levou governos de diferentes países a ampliar parcerias visando ao combate desse tipo de crime que, segundo avaliação do secretário Paulo Abrão, "já se constitui como o terceiro maior volume de ativos ilícitos no mundo". De acordo com a embaixadora da União Europeia no Brasil, Ana Paula Zacarias, "o tráfico de pessoas movimenta US\$ 7 bilhões anuais". Apesar de os dados ainda serem preliminares, Abrão diz já ser possível identificar o perfil internacional das vítimas de tráfico. "São principalmente mulheres entre 19 e 24 anos. Em geral, são traficadas para diferentes fins. Entre as modalidades mais comuns estão a exploração sexual, a remoção de órgãos e tecidos humanos, trabalho escravo ou servidão em casamentos".

Abrão explica que as denúncias de prática desse crime no Brasil podem ser feitas nos núcleos e postos de enfrentamento ao tráfico de pessoas instalados em pontos de entrada no país e rodoviárias de diversos estados. "As pessoas podem procurar esses locais para apresentar suas demandas, pois são eles que administram, in loco, a ocorrência dos fatos e depois os levam ao âmbito federal, para eventual ação articulada com a Polícia Federal" (ABr).

Livros em

Ralph Peter (ralphpeter@ag



A Última

J.P. Cuervo ligado, tornou nos brasileiros inesquecíveis vezes eivadas quase poéticas deste interesse



Fazendo busca de

Paula P. o ciclo da apresenta u a uma vida s daquele que atitude conciliatória. M encruzilhada! A "saída



Bem-vin o poder transform

Tina Ro abordagem. iguais, tanto

riais. A jornalista ana mente de cor, credo, n útil e eficiente para qu e corporativos. Import



Patrimônio em São

Ana Mar

CD contendo:

- *Apresentações dos palestrantes*
- *Áudio do seminário*
- *Galeria completa de imagens*
- *Lista de presença*
- *Memórias de reuniões*
- *Planilhas/tabulação em Excel*
- *Guia para palestrantes e convidados*
- *Estudo da OIT sobre trabalho forçado*
- *Cartilha “trabalho no exterior”*

